

Ele vive como a maioria

RAMON MOSER/JU

ALOGOS
20
S

Especial Esta edição do JU traz quatro entrevistas exclusivas com grandes personalidades que estiveram na Universidade para participar de eventos comemorativos aos 80 anos da Instituição: o presidente uruguaio José Mujica, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, o escritor moçambicano Mia Couto e o geneticista estadunidense Paul Bloom.

José 'Pepo' Mujica

A gente aprende com o que vive, e não com o que nos dizem **P5**

Boaventura de Sousa Santos

O conhecimento popular tem de ser valorizado **P8**

Mia Couto

As ideias estereotipadas sobre a África estão mudando **P10**

Paul Bloom

O mal do mundo é produto da moral com a qual nascemos **P11**

COLETIVO FILA

Solidariedade às famílias de internos da FASE

P7

PROJETO RONDON

Ninguém volta igual dessa experiência **P6**

BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS

Fim da censura prévia divide opiniões **P13**

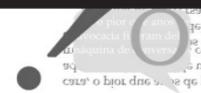
ENSINO DE CIÊNCIA

Desafiados a encontrar respostas



FLAVIO DURAN/JU

CadernoJU



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Semeando o saber

Setembro foi um mês de grandes eventos na UFRGS: no dia 1.º, o escritor Mía Couto encantou a plateia, destacando a importância de os povos se tornarem autores de suas próprias histórias; no dia 5, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos defendeu uma reflexão na área das Ciências Humanas, criticando o avanço do pensamento neoliberal; no dia 10, o presidente uruguaio José Mujica expôs um ideário político em que a emancipação do ser humano é prioridade.

Convidados de honra de diferentes programações inseridas nas comemorações dos 80 anos da Universidade, essas personalidades trouxeram ao Salão de Atos um grande público, ensejando que a UFRGS exercitasse a transmissão online por meio de sua página na internet – iniciativa que democratiza o acesso ao conhecimento, uma das preocupações da atual gestão. Como registrou Mía Couto: “Estive nesta casa como uma residência dos saberes plurais, onde se encontram povos e nações nessa viagem para um mundo melhor. Senti-me em família”.

A UFRGS também abrigou, entre os dias 10 e 11 de setembro, a reunião da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), rede de universidades públicas que reúne instituições da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai. O encontro, durante o qual foi realizado o *V Seminário Internacional Universidade, Sociedade, Estado*, teve por objetivos fortalecer os vínculos entre acadêmicos, representantes de Estado e da sociedade e promover a geração de propostas para discussão em outras instituições e agências governamentais dos países cujas universidades integram a AUGM. Convidado para proferir a palestra de abertura desse evento, Pepe Mujica falou para centenas de pessoas atentas e deixou eternizada sua passagem em mensagem escrita no Livro de Ouro da Universidade: “Meu coração de camponês se regozija olhando a grande sombra desta casa”.

Outro marco importante do mês recém-encerrado foi o início das atividades acadêmicas no Câmpus

Litoral Norte, ocorrido no último dia 22, com o começo das aulas dos cursos de Licenciatura para a Educação do Campo e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, vale lembrar a frase de Boaventura de Sousa Santos, para quem “a UFRGS está hoje no primeiro escalão das universidades brasileiras e latino-americanas e, por isso, nos prestigia a todos”.

Neste mês que se inicia, o ponto alto é a realização do Salão UFRGS, evento científico que nesta edição tem o tema *Ciência, Desenvolvimento, Sociedade*. Aproveitando o ensejo, o Caderno JU traz uma extensa reportagem em que se relatam experiências de iniciação à ciência dentro e fora da Universidade. Que esses relatos inspirem os professores e pesquisadores do futuro!

Estamos comemorando 80 anos de tradição, reconhecimento e consolidação e, ao mesmo tempo, caminhamos para novos projetos, enfrentamos novos desafios e começamos a escrever as páginas dos próximos anos.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

Editora Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor), Gustavo Diehl e Ramon Moser

Revisão Antônio Paim Falcetta

Bolsistas Gabriel Jesus E. Brum, Gabriel Nonino, Laura Pacheco dos Santos, Martina Nichel e Manoella van Meegen (Jornalismo)

Circulação Juliana Gonçalves Mota e Vanessa Gastal Fernandes

Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

jornaldauniversidade

LUME / UFRGS



Memória da UFRGS

2011

Adorno em ferro do corrimão da escadaria principal da centenária Escola de Engenharia, na Praça Argentina, um dos prédios que está sendo restaurado pela Secretaria do Patrimônio Histórico da Universidade.



Artigo

Ventos contrários na geração de energia eólica no RS

Estudar a relação natureza e sociedade, tendo como categoria de análise a paisagem, é de extrema importância, pois por meio dela é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em determinado momento do processo. A paisagem é o resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. Nesse sentido, ela mostra a história da população de determinado lugar e necessita estar sempre sendo discutida e registrada. A paisagem que é percebida e registrada pelas pessoas torna-se o concreto, ou seja, a coisa real, mas ao mesmo tempo é a imaginação e a representação dessas coisas. Cada um de nós, de acordo com a nossa trajetória, consciência e experiência, vê as paisagens de forma diferente e única. Cada um constrói seus conceitos, que refletirão em suas ações e olhares. Esses olhares, no entanto, estão concebidos a partir de uma matriz cultural que é do coletivo das pessoas de determinada sociedade humana.

No caso dos aerogeradores ou cata-ventos, por estarem em fase de implantação nas diversas regiões do RS, não há tempo de referência suficiente que nos permita uma reflexão individual ou coletiva a respeito da incorporação

desses equipamentos, na forma de parques eólicos, como novos elementos na paisagem.

Assim, a fim de estabelecer os indicadores de percepção da paisagem no que se refere à instalação dos aerogeradores, propõe-se a seguinte questão geral: como reconhecer os elementos que estruturam uma paisagem, e como entender a relação desses com novos elementos (aerogeradores) que são a ela integrados nas escalas espacial e temporal?

Em pesquisa feita pelo Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS com moradores e transeuntes nas áreas potenciais de geração de energia eólica, se pôde elaborar a expressão cartográfica das representações mentais em que foram identificados os elementos da paisagem passíveis de incorporarem os aerogeradores e aqueles considerados de referência e que devem ser preservados de tais incorporações. Como resultado, se destaca que a categoria paisagem é reconhecida por todos os entrevistados, independentemente de escolaridade, atividade, idade e renda, sendo mais evidentes os aspectos estéticos e do patrimônio histórico.

Quanto aos projetos futuros de construção de parques eólicos – que ultrapassam a centena

–, avalia-se que deve ser realizada uma divulgação mais ampla junto à comunidade que será espacialmente envolvida com a sua instalação. Nesse sentido, considera-se de grande importância o papel do órgão licenciador, no caso a Fepam, e do(s) empreendedor(es) junto às instituições e à sociedade civil organizada (prefeituras, instituições de caráter técnico, sindicatos, meios de comunicação, etc.), no sentido de divulgarem as informações técnicas e os sítios de interesse para a instalação desses equipamentos. Sugere-se que essas ações sejam realizadas amplamente, além do que já é previsto por lei, como no caso das Audiências Públicas e da recente Resolução n.º 462 do Conama, de 24 de julho de 2014.

Destaca-se que a desinformação e a falta de estudos relacionados aos possíveis impactos na paisagem podem potencializar o risco do fator surpresa junto à comunidade local, gerando reações contrárias à instalação de parques eólicos, como já temos presenciado no Brasil e no mundo afora. Isto é, pelo sigilo de certas informações quanto à possível implantação de aerogeradores em determinada área, pode haver rejeição à sua instalação nas paisagens de referência da comunidade implicada ou

mesmo, de forma generalizada, nas propriedades previamente selecionadas pelo(s) empreendedor(es).

O instrumento *paisagem do futuro*, aplicado para representar virtualmente os parques eólicos a serem construídos, mostrou-se eficaz, ou seja, ao se introduzir esse novo elemento na paisagem e dar aos entrevistados a dimensão escalar, estes reconhecem e se manifestam perante as mudanças na *forma* e na *funcionalidade* da paisagem. Quanto às restrições e aos cuidados no momento da sua implantação, destacam-se a flora, a fauna, as paisagens ou os locais de interesse de preservação do patrimônio histórico, as proximidades da área urbana, os sistemas fluviais e os acessos às propriedades. Finalmente, mesmo que o estudo da paisagem não se centre nas particularidades socioeconômicas, e sim na percepção individual e coletiva humana, tais características se revelam cada vez mais decisórias também em relação à instalação ou não dos parques eólicos em diversos países.

Roberto Verдум
Geógrafo e professor Departamento de Geografia / IGEO / UFRGS



Oscar Gomez da Trindade (centro), vice-ministro de Educação e Cultura do Uruguai, foi um dos palestrantes no evento da AUGM



UFRGS TV

Conhecendo a UFRGS

Ecologia de interações

Por meio de pesquisas e projetos, tem sido possível entender as interações ecológicas e trazer importantes contribuições para a universidade e para a sociedade. É com esse intuito que o Laboratório de Ecologia de Interações foi criado pelos professores Sandra de Sá e Milton Mendonça. O setor desenvolve pesquisas sobre a diversidade das relações ecológicas e evolutivas estabelecidas entre animais e plantas. “Trabalhamos com questões amplas que têm a ver com a diversidade e com a maneira pela qual as espécies reagem, interagindo com os diferentes ambientes – no caso do Rio Grande do Sul, os campos e as florestas. Os organismos que escolhemos são os artrópodes, pois são bons bioindicadores”, afirma Milton, coordenador do Laboratório.

Um dos projetos do setor é a rede de pesquisa *Campos Sulinos*, que abrange outros dois grandes grupos de estudo: PELD e SISBIOTA. O primeiro avalia, nos ambientes campestres do RS, o efeito do pastejo do gado sobre a presença dos artrópodes e identifica que animais conseguem ocupá-los. É feita uma delimitação de três diferentes áreas: uma tem a exclusão total do pastejo; na outra, o gado é controlado; e, em uma última, o gado fica livre, explica a mestrandia Amanda Camara Dias. Já o segundo projeto propõe uma comparação entre as florestas e os campos gaúchos, verificando como os insetos e as aranhas se comportam quando estão em contato com esses ambientes.

Como salienta Murilo Zanini David, bolsista de iniciação científica: “Somos o único laboratório da UFRGS que trabalha com essa linha de pesquisa, levando o nome da instituição para fora do país. Empenhamo-nos em fazer alianças que alcancem novas descobertas, como a criação de uma lista vermelha dos animais em extinção. Assim, o Laboratório torna-se um importante difusor de conhecimentos, criando vínculos entre a sociedade e a universidade”.

Luisa Rizzatti e Marilhá Gonçalves, *estudantes de Jornalismo da Fabico*

Assista aos programas

Conhecendo a UFRGS vai ao ar no dia 14 de outubro, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA

Construir o bem viver

“Não há nenhum processo cultural que não esteja profundamente enraizado no conceito de território. Por quê? Porque é onde primeiro se dialoga com a sociedade e consigo mesmo. É de onde recolhemos os frutos da terra ou da indústria, e isso é fundamental no conceito do bem viver. Isto é, não somente [é importante] a harmonia da sociedade consigo mesma, mas com a natureza. Dizia ontem o nosso presidente, José Mujica: ‘Não pensem que a crise é ecológica; a crise é política e tem consequências no campo ecológico. Não busquem as causas onde não estão’. Acho que isso é o que estamos tentando promover”, destacou o vice-ministro de Educação e Cultura uruguaio, Oscar Gomez da Trindade, durante o *V Seminário Internacional Universidade, Sociedade, Estado*, ocorrido na UFRGS nos dias 11 e 12 de setembro.

O encontro, que contou com a participação de acadêmicos e gestores políticos de diferentes países, foi promovido pela Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM) – uma rede de universidades públicas que con-

grega instituições da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai. O tema proposto para os debates desta edição foi *Construir o Bem Viver (“Buen Vivir”): Desenvolvimento Sustentável para a Integração Regional do Cone Sul*.

Conhecimento a favor da vida – Ao aprofundar a temática do seminário, o presidente do Uruguai despertou nos participantes uma reflexão acerca da capacidade humana para promover a transformação, usando-se o arsenal de conhecimento de que dispomos a favor da vida. Dirigindo-se especialmente aos jovens estudantes da plateia, Mujica encerrou a conferência de abertura com um convite: “Organizem-se para defender a vida, sobretudo a humana, que, para ser possível, depende da vida de tudo que nos acompanha”.

O primeiro debate do evento contou com as intervenções do professor Lucio Oliver, do Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México, e da consulesa

da Bolívia no Rio de Janeiro, Shirley Orozco, com a mediação do professor Alfredo Gugliano, do Departamento de Ciência Política da UFRGS. Na ocasião, Oliver destacou que “o bem viver” passa pela busca de uma sociedade harmônica e pela perspectiva do bem comum. Orozco destacou o conceito linguístico de bem viver e trouxe o exemplo boliviano para o entendimento do tema.

A síntese dos debates será organizada em documento e posteriormente entregue aos reitores participantes com o objetivo de nortear pesquisas e ações de cooperação no âmbito dos núcleos acadêmicos das universidades que integram a Associação.

Após o encerramento do seminário, reitores e delegados assistentes de 28 instituições ligadas à AUGM reuniram-se na Sala dos Conselhos da Universidade para o seu encontro semestral. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da entidade, Albor Cantard, juntamente com reitor da UFRGS e vice-presidente da Associação, Carlos Alexandre Netto, e com o secretário-executivo da AUGM, Álvaro Maglia.

Cátedras Sérgio Vieira de Mello

Encontro discute direito de refugiados

Em setembro, a UFRGS sediou o 5.º Seminário das Cátedras Sérgio Vieira de Mello (CSVM), que reuniu representantes de oito universidades brasileiras, autoridades e ativistas que trabalham com refugiados. O objetivo da reunião foi discutir e encaminhar sugestões para o próximo encontro – *Cartagena + 30* –, que ocorre em dezembro em Brasília. Nessa ocasião, governantes de países da América Latina e do Caribe estarão ocupados em formular um novo marco estratégico para impulsionar e fortalecer a proteção a refugiados, apátridas, deslocados internos e a outros grupos vulneráveis que buscam segurança e respeito aos direitos humanos na região.

Segundo o professor do Programa de Pós-graduação em Direito Fábio Costa Morosini, um dos organizadores do evento, dentre as reivindicações constantes da carta elaborada durante o Seminário,

endereçada ao encontro de Cartagena, está a participação da academia nas negociações sobre os direitos humanos de refugiados. “É preciso aprimorar o sistema dos refugiados nos países envolvidos com uma proteção mais efetiva e uma maior responsabilidade dos estados”, salientou o professor.

Discriminação e medo – Nos últimos anos, o Brasil tem recebido um número maior de pedidos de asilo. Na visão de Morosini, isso é consequência da emergência econômica do país. “Recebemos não só refugiados de nações vizinhas, como os bolivianos, mas também dos países africanos, principalmente de Angola, da República Democrática do Congo, da Libéria e de Serra Leoa.”

Entretanto, as reações a essa expansão têm revelado que o Brasil “não é tão amigo como se coloca”, constata o docente. São frequentes

as notícias que denunciam discriminação racial aos refugiados. Uma das explicações para essa situação, conforme Morosini, é o receio de que eles venham “tirar o nosso trabalho”. Essa condição é agravada pela vigência de uma política “que tem como foco a segurança nacional, deixando em segundo plano as questões de Direitos Humanos”, argumenta.

Para se contrapor a essa realidade, a CSVM da Faculdade de Direito da UFRGS tem como um de seus focos ações de extensão. Em novembro, será realizada a oficina da professora Marília Pimentel, que desenvolve um método de ensino de línguas para refugiados, já que essa é a maior dificuldade dos povos que chegam a um país de idioma diferente do seu. Outra iniciativa será a publicação de uma revista com os trabalhos apresentados no 5.º Seminário das Cátedras Sérgio Vieira de Mello e

que estará disponível na biblioteca da Faculdade.

Atendimento solidário – Criada em 2003 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a CSVM é uma homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto no Iraque no mesmo ano e que dedicou boa parte da sua carreira nas Nações Unidas ao trabalho com refugiados, como funcionário do ACNUR. A Cátedra foi lançada para difundir o direito internacional humanitário, os direitos humanos e o direito dos refugiados, promovendo também a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes nesses temas.

Um ano mais tarde, o projeto adotou uma nova vertente: o atendimento solidário aos refugiados. No Brasil, a CSVM foi incorporada por universidades públicas, privadas, confessionais e leigas.



O cais da discórdia

Revitalização Projeto que vai mudar a orla do Guaíba dá passos lentos e segue gerando controvérsias

Depois de décadas de espera, a revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre, está prestes a sair do papel. No último dia 4 de setembro, a prefeitura lançou o edital para licitação das obras da primeira etapa do empreendimento, em que serão restaurados os 11 armazéns construídos na década de 1920. Os armazéns A e B são patrimônio histórico nacional e tiveram o início das reformas autorizado em novembro do ano passado. Os demais são tombados pelo patrimônio histórico municipal.

O edital estabelece a execução da primeira fase em 18 meses e um total de investimentos de R\$ 57,4 milhões. A previsão é de que o nome do vencedor da licitação seja conhecido ainda este ano e que as obras comecem no início de 2015.

De acordo com Julia Costa, presidente da Cais Mauá do Brasil, consórcio que gerencia as obras naquele espaço, os armazéns terão

atividades direcionadas à população. “Dois deles serão reservados à cultura gaúcha. Um local para que todas as manifestações artísticas apresentem seus trabalhos. Teremos ainda espaços reservados a gastronomia, moda, design e decoração”, ressalta.

O alvo da polêmica – A segunda fase do projeto ainda não tem data para começar, mas dá origem às controvérsias em torno da revitalização. Um shopping será construído ao lado da Usina do Gasômetro, além de duas torres comerciais, um hotel e um centro de entretenimento. Para a segunda etapa, a estimativa é de cinco anos para a construção e o licenciamento. O total de investimentos pode chegar a R\$ 700 milhões, incluindo as obras de mobilidade urbana. O projeto é uma parceria público-privada, em cujas obras não serão empregados recursos do Estado nem do município. Por outro lado, os empreendimentos serão de alto rendimento.

A Associação Comunitária do Centro Histórico de Porto Alegre tem uma posição de questionamento ao modo como a revitalização foi planejada. O presidente Paulo Guarnieri salienta que, para a maioria dos porto-alegrenses, o Cais do Porto é um lugar de passagem, enquanto a associação percebe o bairro como um local de moradia. Segundo ele, a população sairá perdendo. “O benefício

são esses 11 armazéns que vão ser destinados ao interesse público. E o empreendedor ganha torres com 100 metros de altura à beira do espelho d’água. Isso tem um valor comercial incalculável num lugar que tinha a função de porto e não contava com rendimento algum. Todo esse valor está sendo entregue ao empreendedor para que ele recupere 11 armazéns. Não é justo com a população”, argumenta.

O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS), Tiago Holzmann da Silva, avalia que a essência do projeto, marcada por interesses econômicos, não responde às demandas da sociedade. A proximidade entre o Guaíba e os grandes edifícios que estão previstos, por exemplo, não seria a melhor solução. “O limite de intervenção é apenas a área portuária. Então as empresas que ganharam a concorrência são obrigadas a construir ali mesmo, que não é o lugar certo. Não faz sentido erguer um edifício de 100 metros de altura na beira do Guaíba tendo tantas áreas próximas que poderiam receber esse tipo de empreendimento, se tivessem sido colocadas dentro do projeto”, critica.

O movimento contra o modelo proposto para a revitalização do cais ganhou novas iniciativas recentemente. A página do Facebook *Ocupa Cais Mauá*, lançada em agosto, propõe e divulga eventos políticos e culturais a fim

de promover a aproximação da população com o ambiente do cais. A iniciativa pretende também reivindicar que esse encontro não se torne secundário após a revitalização. As atividades realizadas em agosto não tiveram a aprovação da Cais Mauá do Brasil, que restringiu a entrada dos manifestantes. A empresa declarou em seu site oficial que “a restrição temporária visou proteger a integridade das pessoas e a vida, uma vez que, no estado em que se encontram alguns armazéns, acidentes podem ocorrer”.

Presidente do IAB-RS diz que projeto não responde à demanda da sociedade

Identidade em jogo – O Cais do Porto é parte importante da identidade da capital. De uma cidade que tem porto até no nome, é inevitável que se espere um cuidado especial com a beira do rio. Rualdo Menegat, professor do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da UFRGS, salienta que o porto foi fundamental para a formação de Porto Alegre.

“Estamos mexendo num lugar que é o cordão umbilical da cidade, que nasceu graças a um corpo d’água que se chama Guaíba. No entanto, a metrópole vai crescendo, o porto vai crescendo, até o ponto em que a cidade se torna muito grande e então dá as costas ao rio. Ele vira realmente não mais esse local que ensinou os encontros de culturas e a formação de uma cidade, mas passa a ser meramente um lugar de despejo de efluentes e de materiais sólidos”, observa Rualdo, que foi coordenador-geral do Atlas Ambiental de Porto Alegre (1998). O fato de que a região merece ganhar vida é unanimidade. A grande questão é como fazer isso.

A proposta de revitalização do cais não foi submetida à discussão pública. Paulo Guarnieri revela que participou apenas de uma reunião em que o projeto foi apresentado sem maiores detalhes ou respostas a todos os questionamentos. Mesmo agora que a obra já está em execução, ainda restam dúvidas a respeito de como ficará a orla do Guaíba depois da mudança. “Em vez de construir um processo participativo, se faz exatamente o contrário, se fecha pra que ninguém dê sua opinião, até o ponto em que as pessoas dizem ‘faz qualquer coisa porque do jeito que está não dá’”, lamenta o arquiteto Tiago.

Martina Nichel, aluna do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

FLÁVIO DUTRA/JU



Armazéns revitalizados irão compartilhar a área do cais com novos prédios e um shopping

Há que viver como vive a maioria

DIÁLOGOS
80
anos



José Mujica *Presidente uruguaio chama a atenção pela forma humana como trata a todos que com ele convivem*

Ânia Chala

Em 10 de setembro, a UFRGS recebeu a visita de um estadista que tem surpreendido o mundo da política pelo modo como vive e pela defesa das causas sociais. Prestes a deixar o governo do Uruguai, que realiza eleições presidenciais neste mês, Mujica foge ao padrão dos políticos da atualidade. Ex-militante na guerrilha do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – em seu país, ficou preso por 14 anos, sofrendo perseguições junto com sua atual mulher, a senadora Lucía Topolansky.

Na recepção no gabinete do reitor que antecedeu sua conferência no Salão de Atos, o presidente disse sentir-se nostalgicamente unido a Porto Alegre. Mujica relembrou que, quando jovem, levava e trazia informes clandestinos para integrantes da oposição à ditadura uruguaia, que haviam se exilado na capital do Rio Grande do Sul. Ao refletir sobre o momento histórico que vivemos, o estadista de 78

anos admitiu certa frustração por sentir-se no limiar do surgimento de outra era, na qual “não podemos ser o que virá nem conseguimos deixar de ser o que somos e de onde viemos. Tenho a sensação de que a humanidade ingressou em uma época que não tem comparação. Por isso, às vezes, me pergunto: ‘Para que te apuraste tanto a nascer? Por que não esperaste um pouco mais?’”

Solicitado por cerca de 200 jornalistas de todo o país, nesta entrevista exclusiva ao JU Mujica refletiu sobre os esforços para integrar os países latino-americanos, dizendo que a integração da inteligência representa o primeiro passo para que essa união possa ocorrer. Na visão dele, o mundo da universidade precisa estar sintonizado com as necessidades das pessoas comuns, pois, se a academia não for solidária, não poderemos exigir solidariedade a ninguém.

A UFRGS, assim como outras instituições da Associação de Uni-

versidades do Grupo Montevideu, está envolvida na construção da cidadania latino-americana. Como o senhor avalia a ação acadêmica na integração regional?

Para que a integração seja possível, falta um esforço prévio de integração da inteligência. A inteligência deve ter fidelidade com a pobreza de seu povo, no sentido de a inteligência ser capaz de dar-se conta de que não é uma elite, mas outra coisa como um instrumento do próprio povo através de seu progresso, de suas lutas e de seus desejos de libertação. Isso supõe um compromisso da intelectualidade e da academia. Não se trata de ver passar a vida, mas de construí-la. Então, me parece que, assim concebido, é decisivo o trabalho da universidade.

Há alguns meses, o senhor apresentou um projeto para regular os meios de comunicação, propondo, entre outras medidas, a limitação da quantidade de afiliadas das empresas privadas de comuni-

cação. Mas essa lei ainda não foi apreciada pelo Senado. O senhor teme um retrocesso, caso a Frente Ampla não consiga obter a maioria no parlamento?

Temos a ideia que, tão logo passem as eleições, voltaremos a discutir esse tema e aprová-lo antes da troca de poder. No Uruguai há um intervalo de vários meses desde as eleições até a posse do novo governo, por isso, suspendemos a discussão porque acreditamos que não resultava simpática com as eleições. Preferimos liquidar o problema das eleições e depois, com as coisas mais calmas, retomar o projeto. Estamos dispostos e levá-lo adiante, e hoje muito mais do que antes. Há certas coisas que precisam ser feitas, e não necessariamente todo mundo as compreende. Então, é preciso se dispor a pagar o preço que tiver de ser pago no momento oportuno.

O senhor considera que as políticas de memória e verdade adotadas no Uruguai têm conseguido ajudar a população a superar os traumas deixados pela ditadura?

Não sou a pessoa mais indicada para falar sobre isso. Penso que há coisas que não se esquecem e levam tempo demais e que se mantêm na memória de muita gente... são parte das dores de nossa história. Porém, falando filosoficamente, eu não creio muito na Justiça. Existem as classes sociais e, conforme a força que tenham em cada momento, farão justiça em um sentido ou em outro. Essa imagem de uma senhora cega com os pratos da balança não existe. Foi uma instituição que os homens tiveram de inventar para poderem conviver. [A Justiça] tem muitos defeitos, mas se não existisse seria pior. Existem temperamentos humanos que vivem olhando o passado, enquanto outros olham para o futuro. Mas ambos têm razão! Alguns dizem: “Para que não voltemos a cometer os erros do passado”. Porém, pelo que dita o mundo, a gente aprende com o que vive e não com o que nos dizem. Além disso, o único animal que tropeça várias vezes na mesma pedra é o homem.

Parece existir na América Latina um sentimento de que o Brasil tem interesses imperialistas. Esse sentimento existe entre os uruguaiois?

Não, não. Pode ser que alguns uruguaiois tenham [esse sentimento], mas penso que para nós existe um sentimento oposto. Existe um sentimento de exigir do Brasil que assuma a responsabilidade que significa conduzir a integração latino-americana. Porque será com o Brasil ou não será. Nossa sensação é de que o Brasil se fecha muito em seus problemas e não olha para fora. É como todos os países grandes: pensam que o mundo se resume a eles. Porém eles não são o mundo, senão uma parte importante.

O Mercosul tem avançado pouco em termos políticos, econômicos e mesmo culturais. A que fator o senhor credita esse problema?

Porque não saímos do estado nacional. Os governos estão muito preocupados com o que vai aconte-

cer e quem vai ganhar as próximas eleições. E esse é seu maior trabalho. Porém, a marcha em conjunto não existe e não tem direção. O Mercosul não tem um governo, lhe falta uma cabeça! Falta-lhe um rumo que exija permanentemente conformar as políticas econômicas e sociais, construir infraestruturas em comum, enfim, integrar as universidades. Por exemplo, por que um engenheiro ou um médico brasileiro não pode trabalhar no Uruguai e vice-versa? Até quando vamos seguir com esse foco que nos limita? Depois eles se vão trabalhar nos Estados Unidos ou em outros países, e os perdemos.

Assim como ocorre com muitos dos jovens uruguaiois recém-formados?

Sim, e com os brasileiros também. Roubam-nos as melhores inteligências!

A Justiça tem muitos defeitos, mas se não existisse seria pior

Dizem que o poder fascina, mas também corrompe. Mas o senhor tem conseguido manter-se fiel aos seus ideais, recusando moradia presidencial e outras regalias. Que conselho o senhor daria a um futuro governante a fim de evitar as armadilhas do poder?

Penso que quem gosta muito de dinheiro não deve meter-se na política. E aquele que se meter precisará ser expulso. Isso não quer dizer que a política não tenha interesses, mas eles não são interesses de dinheiro, são interesses de sentimento, de coração, de reconhecimento das pessoas, de outras coisas. Há muita gente que não sabe e se mete na política porque ela lhe garante um cargo para passar bem. Mas, se esse é o ideal de vida que tem, desgrazadamente a tentação irá levá-lo pelo mau caminho. Creio que os políticos têm de ganhar algum dinheiro, mas não precisam muito mais do que a maioria das pessoas para viver. É preciso viver como vive a maioria e não como a minoria. Porque estas são repúblicas, e nas repúblicas dizemos que decide a maioria. Se a maioria decide, é preciso viver como ela e não como a minoria. Então, se necessitamos de uma casa muito luxuosa, muitos carros, muitos empregados, e casas de férias... Adeus! Vendemos a alma ao diabo.

De que maneira o senhor está se preparando para deixar o poder? Quais são seus projetos?

Estou tratando de fazer uma escola industrial de pequenos agricultores, de gente que planta verduras. Também, provavelmente, seguirei trabalhando como senador. Seguirei lutando até que me ponham em um caixão. Continuarei militando e não pretendo me aposentar nunca.



Troca de conhecimentos

Projeto Rondon Estudantes realizam oficinas de capacitação no nordeste brasileiro

Em julho deste ano, oito alunos da UFRGS ficaram 15 dias no município de Pedras de Fogo, na Paraíba, desenvolvendo ações de capacitação e qualificação para melhorar a qualidade de vida da população local. A iniciativa faz parte do Projeto Rondon, criado em 1967 pelo governo federal, que, no seu formato inicial, levava universitários para realizarem atividades de assistencialismo nas regiões norte e nordeste do país. O projeto foi encerrado em 1989 e voltou em 2005, passando a ser coordenado pelo Ministério da Defesa, com a ideia de criar lideranças e realizar capacitações, além de promover a troca de experiências entre os universitários e as comunidades locais.

A seleção para a iniciativa, denominada Operação Guararapes, começou em janeiro, com a escolha de estudantes dos cursos de Jornalismo, Relações Internacionais, Geografia, Ciências Sociais, Engenharia Civil, Enfermagem e Direito. Os alunos fizeram reuniões semanais até o início da expedição para planejar as oficinas e atividades a serem realizadas. O grupo foi coordenado pelos professores Alvaro Meneguzzi, do curso de Engenharia de Materiais, e José Barbosa, da Agronomia. A equipe preparou atividades que abrangiam as áreas de comunicação, tecnologia e produção, meio ambiente e trabalho. “Durante a seleção, a gente não olhou muito para o curso dos estudantes. Nós vimos a motivação para o trabalho e a compreensão que o aluno tinha do projeto. Foi necessário se adaptarem às oficinas apresentadas, uma vez que nem todas eram relacionadas aos seus cursos, apesar de poderem escolher as atividades em que eles se sentissem mais à vontade”, explica Alvaro.



Durante a expedição, os universitários gaúchos e catarinenses assistiram a apresentações da cultura local com ritmos paraibanos

Na chegada a Pedras de Fogo, os rondonistas foram surpreendidos por uma festa de boas-vindas ao projeto, com apresentações culturais dos ritmos locais – o Maracatu e o Cavalo Marinho. A cidade recebeu, além da equipe da UFRGS, alunos da Universidade Federal de Santa Catarina. “No segundo dia, já não havia diferença entre as universidades, era um grupo que se ajudava mutuamente, foi muito colaborativo. Parecia que nos conhecíamos há anos e ficamos bastante unidos. Nós conhecemos uma nova realidade, que é bonita, mas que também é de dificuldades, e isso nos motivou a resolver os problemas”, relata Alvaro.

Próximo passo – Os alunos organizaram atividades diversas: técnicas de potabilização de água e conservação de alimentos, criação de uma rádio comunitária, informática e inserção digital, organização de hortas comunitárias, capacitação dos agricultores para utilização dos

alimentos na merenda escolar e oficinas de compostagem. “O Rondon serve para levar um novo caminho. Já se tem a estrutura material, então agora se pode dar aula, capacitar essas pessoas”, comenta Nathalia Tessler, aluna do curso de Jornalismo. “Eles possuem a infraestrutura, mas não têm o preparo para mexer nisso. Mesmo os professores apresentam dificuldades em ensinar”, complementa Bianca Weimer, estudante de Engenharia Civil.

Para elas, o mais importante é que os habitantes do local tenham contato com o ensino superior e acreditem nas suas próprias capacidades. “A população começa a ver que a universidade não é algo distante. Eles passam a se identificar conosco, e isso muda completamente a sua realidade. Durante uma oficina, certa menina falou que agora ela sabia que queria ser jornalista. No dia a dia, eles não veem pessoas formadas, não têm em que se espelhar”, ressalta Nathalia. “Eles não acreditam no po-

tencial que têm. Foi preciso vir gente de fora para dizer-lhes que podem ir atrás do que quiserem. Um menino disse que queria ir para a faculdade para ser rondonista também. A gente mexe com a percepção das pessoas sobre os seus próprios potenciais”, relata Luísa Saraiva Bento, estudante de Relações Internacionais.

Experiência única – De acordo com Margarete Ross, servidora do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS que auxilia na divulgação do projeto e na seleção dos alunos, é por intermédio de atividades como o Rondon que o aluno consegue ter contato com uma situação concreta. “A ideia do projeto é a interação de pessoas de diferentes áreas do conhecimento com populações de regiões muito distintas da nossa. Assim, se associa o que se aprende na academia ao que se vê na realidade. Os alunos voltam com novos olhares”, comenta

a servidora. Para a estudante Luísa Bento, o projeto representa uma oportunidade única. “Foi a melhor experiência da minha vida. Já fiz intercâmbio, mas esse foi o momento em que mais cresci em tão pouco tempo. Pude compartilhar o que vi na universidade com outras pessoas. Além disso, você aprende com vidas e culturas diferentes das nossas”, compartilha.

A UFRGS já encerrou a seleção da equipe que atuará na Operação Jenipapo, prevista para ocorrer no período de 16 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, no município de Anajatuba, no Maranhão. A expedição será coordenada pelos professores André Caríssimi, do curso de Veterinária, e Aline Blaya Martins, da Odontologia, e prevê atividades nas áreas da cultura, dos direitos humanos, da justiça, da educação e da saúde.

Laura Pacheco dos Santos, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► A ilusão da autoria

Estar diante de uma folha em branco tem um tanto daquele sentimento de apreensão que experimenta o navegador à neblina. Por mais instrumentos, sempre há uma ponta de receio. Lembrei, graças ao neurônio encarregado das associações, do personagem do avô, em Amarcord, do Felini, que, ao adentrar a bruma portão afora, se vê perdido. Gira o corpo em busca de referências – que não encontra – e diz para si: “Se a morte é assim, não é muito apetecível... Será que tudo desapareceu... a gente, as árvores, os passarinhos, o vinho...?”. Pitada trágica em uma comédia magistral. Em relação à escrita, conjecturo

ser esta envolta em uma espécie de embrulho opaco que limita a fluência sem bordas do pensamento e comprime a imaterialidade informe do espírito em uma linha fina que rasga a superfície clara e plana como um salar. O deslimate ofusca, a possibilidade de todas as possibilidades intimida, a necessidade de ser um bom texto amedronta, o excesso cala. A pretensão de reinventar, se não é o motor, pode ser o combustível para a tessitura do pensamento. Resta derramar as ideias sem muito pudor sobre a folha, deixando fluir o aparente desatino em pensamentos soltos. Essa espécie de loucura deve resultar em um produtivo prazer aparentemente hedonista. Obviamente o estofado da escritura está na

matéria ideológica, de intenções de câmbio. Depois, sim, tem-se de recorrer à sensatez e desconfiar dos nexos, checar a progressão e a coesão das ideias, para, por último, investir na elegância alegórica do texto. Nessas horas derradeiras, se esconde o mistério. Gostaria de saber mais sobre essa gênese. Acho necessário que se investigue o papel das vozes interiores, e que não se despreze o inconsciente coletivo. Mas temo os olhares entre a camisa de força e o desdém. Aproximamo-nos, então, do momento de outra epifania: o contato com o nosso primeiro leitor – nós mesmos. Entramos em cena para experimentar o próprio veneno e aferir o seu poder de arrebatamento, de reflexão, de contágio.

Pode-se, agora sim, expor o texto às leituras. Sobre a recepção pouco se saberá. O texto foi mesmo lido? Seduziu, comoveu, instigou? Modificou algum destino? Em que sentido? O enigma sobre as chaves de leitura se instala. Vejamos: um músico pode aferir o resultado do seu trabalho em tempo real; o pintor pode entrar anônimo em sua própria exposição para observar os que observam a sua tela; o escritor, por seu turno, como faz para testemunhar a recepção à sua obra? Afora o fato de estar (muito) sujeito ao risco de aterrorizar-se com a polissemia subversiva do (próprio) texto, agora autônomo pelo rompimento do cordão umbilical da grafia, retorna à sideralidade plural das leituras.

Memórias da espera

Cidadania

Grupo de extensão auxilia familiares de adolescentes na fila da Fase

“Filho e pai, coração quebrado.” É com essa frase que Mateus [os nomes foram trocados para preservar a identidade dos adolescentes e de seus familiares], 17 anos, termina a carta que escreveu dentro da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) para o pai, que não o visita há meses. Em uma casa simples de um beco da Zona Norte de Porto Alegre, sua avó Neusa segura o papel muito bem conservado, enquanto conversa com dois integrantes do Coletivo Fila sobre a vida do neto e a respeito do cotidiano de visitas à Fase.

Sem o carinho dos pais, separados e ausentes, Mateus foi criado por sua avó materna junto de seus quatro irmãos mais novos. Aos 14, entrou para o tráfico porque, segundo ela, cobiçava os tênis e as roupas que a família nunca pôde comprar. Insegura, Neusa pede para não ser filmada e, apenas com o microfone da câmera ligado, desabaфа a respeito das condições precárias vividas pelo neto na Fase, dos abusos sofridos e de suas tentativas de reverter essa situação.

Acolhimento – O Coletivo Fila é um grupo que realiza intervenções na fila em que familiares de adolescentes que estão em internação provisória na FASE aguardam o horário de visita.

A proposta é construir um espaço de acolhida, escuta e resolução

de dúvidas jurídicas, por meio de proposições coletivas que vão desde conversas informais até oficinas. Fazem parte do grupo dez estudantes de graduação das áreas de Direito e Psicologia, integrantes de projetos de extensão da UFRGS, que se uniram para pensar uma forma de intervenção específica relativa à temática da violação de direitos e privação de liberdade.

O início do projeto se deu em 2011, quando o G10, grupo do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), debatia sobre seu papel além da defesa processual aos adolescentes. Discutia-se a necessidade de uma atuação extrajudicial para o melhor entendimento da realidade do sistema, e as famílias dos adolescentes poderiam ser o principal elo para atingir esse objetivo. “O G10 passa a responder às dúvidas jurídicas dos familiares desses jovens porque existe pouca informação sobre os processos e as famílias reclamavam disso”, conta Ariane Oliveira, estudante de Direito e integrante do Coletivo.

As idas periódicas do grupo à fila do Instituto Carlos Santos (ICS), situado na Avenida Padre Cacique, começaram em março de 2012 e, desde então, a atividade é realizada em sábados alternados com grupos de três a quatro estudantes. “Se formou uma equipe que ia com mais frequência às filas e que passou a se reunir fora dos encontros do G10. Percebemos que também precisávamos de pessoas da Psicologia para realizar uma escuta sensível, e não só algo técnico”, explica Ariane.

Após entrar em contato com os parentes dos adolescentes, foram ouvidas as angústias desses familiares, em sua maioria mães que não sabiam o que poderia acontecer com seus filhos nem a quem recorrer diante das violências sofridas. “O

peçoal se deu conta de que estava ouvindo coisas muito pesadas, que exigiam uma elaboração mais profunda, e então foi criado um espaço de reuniões para a troca dessas experiências, a fim de se pensar um destino para todos os relatos”, diz Daniela Bassanesi, estudante de Psicologia e integrante do Coletivo. “Temos esses encontros para compartilhar experiências muito intensas que mexem com nossas as emoções, mexem com o ser brasileiro, o não participar dessa realidade diretamente, e um dia chegar lá e descobrir que isso está posto, e não só na teoria”, complementa Ariane.

Foi pensando na dificuldade de lidar com sentimentos fortes que recentemente a psicóloga e pesquisadora do Projeto Estação Psi, Júlia Dutra, foi chamada para integrar o Coletivo. Atuando como supervisora, ela oferece uma visão externa a fim de organizar todas essas emoções, no sentido de o grupo não ficar paralisado em pontos difíceis. “O foco é perceber a disposição de diálogo do outro em uma situação delicada como essa. E instaurar um tempo de parada para escutar relatos de violência, de incompreensão, trabalhando com a palavra e com a expressão. Olhar para a vida dessas pessoas e não ficar num lugar de culpabilização ou vitimização”, explica Júlia.

Segundo Karine Szuchman, psicóloga e integrante do Coletivo, a iniciativa já apresenta resultados, pois as mães têm se mostrado mais informadas e combativas nos assuntos referentes aos adolescentes. “Pode ser um lugar de passividade, dependendo do olhar que se der, até porque fisicamente é um espaço de espera, mas a ideia era de que elas passassem a se enxergar como ativas, mostrando o que podem fazer em casos de violência policial

ou mesmo a fim de questionar algumas regras da visita, além de articularem-se enquanto mães. Em tudo isso vemos que houve mudanças”, aponta. Para os membros do grupo, a importância de sua atuação está em reverter a lógica por vezes institucionalizada e fechada da academia e lutar por políticas públicas na prática. “O que mais gosto em nosso trabalho é de ter um lugar de onde vejo outro mundo possível – pelo menos naquele momento –, de poder ter discussões muito abertas e não reproduzir as mesmas lógicas que a gente critica tanto”, conclui Ariane.

Para Júlia, o fato de não estar preso a entraves institucionais é um dos pontos mais interessantes do projeto, além de ser feito por graduandos. “Ele tem uma característica específica que é não possuir burocracia alguma, a não ser o fato de certificar como extensão. Não há um diagnóstico ou um encaminhamento para algum serviço. É simplesmente estar com as pessoas, e penso que atualmente isso é o mais difícil de encontrar”, complementa.

Visibilidade x silenciamento – Além de Neusa, os integrantes do Coletivo Fila já gravaram entrevistas com outras mães e pretendem ouvir mais testemunhos de familiares. O motivo desses encontros é a produção de um documentário – ainda em processo. A ideia surgiu da proposta de visibilizar as falas dessas mães, contrariando o ciclo de silenciamento pelo qual elas geralmente passam. “Queremos que o fio condutor sejam as entrevistas com as mães para, a partir disso, dar visibilidade a outro discurso que não o midiático. Com isso, mostraremos que afirmar que os adolescentes são os maiores responsáveis pelos crimes no Brasil é uma ignorância

estatística”, observa Ariane. “Não temos força institucional suficiente para mudar as coisas como são dentro da FASE, na fila ou no modo como a polícia atua, mas, ao tornar visíveis essas falas que chegam a nós, talvez elas possam produzir um impacto maior”, conclui Daniela.

Para a avó de Mateus, o projeto do documentário é um seguimento do trabalho já realizado pelo Coletivo. Ela conta que os dias de visitas são longos e cansativos – as mães começam a chegar às 6h na instituição e são chamadas a partir das 13h30 para a visita. “Lá os banheiros são todos entupidos e, quando está chovendo, temos de esperar ao relento, inclusive mães com bebês no colo, porque eles não deixam entrar”, conta.

Diante desse cenário, dona Neusa encontra no Coletivo um espaço para amenizar a ansiedade da espera. “Quando eu converso com elas e desabafo, me sinto bastante aliviada. Tem dias que estou explodindo”, revela. A avó enxerga no trabalho do grupo uma oportunidade de melhorar a vida dos adolescentes internados: “A importância de interagir com as meninas é para ver se muda essa situação, para ver se eles tratam melhor os meninos, com mais respeito. Dizem que existem os direitos do menor, mas na prática não é bem assim”, desabafo.

Pesquisadora de medidas socioeducativas para jovens infratores, Júlia identifica no Coletivo um papel de agente transformador. “O simples fato de esses graduandos estarem ali faz com que a FASE pense nessa situação, e acho que isso já é uma grande coisa. É começar a olhar para esse espaço, que é o lugar de quem espera”, conclui.

Manoella van Meegeen, aluna do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

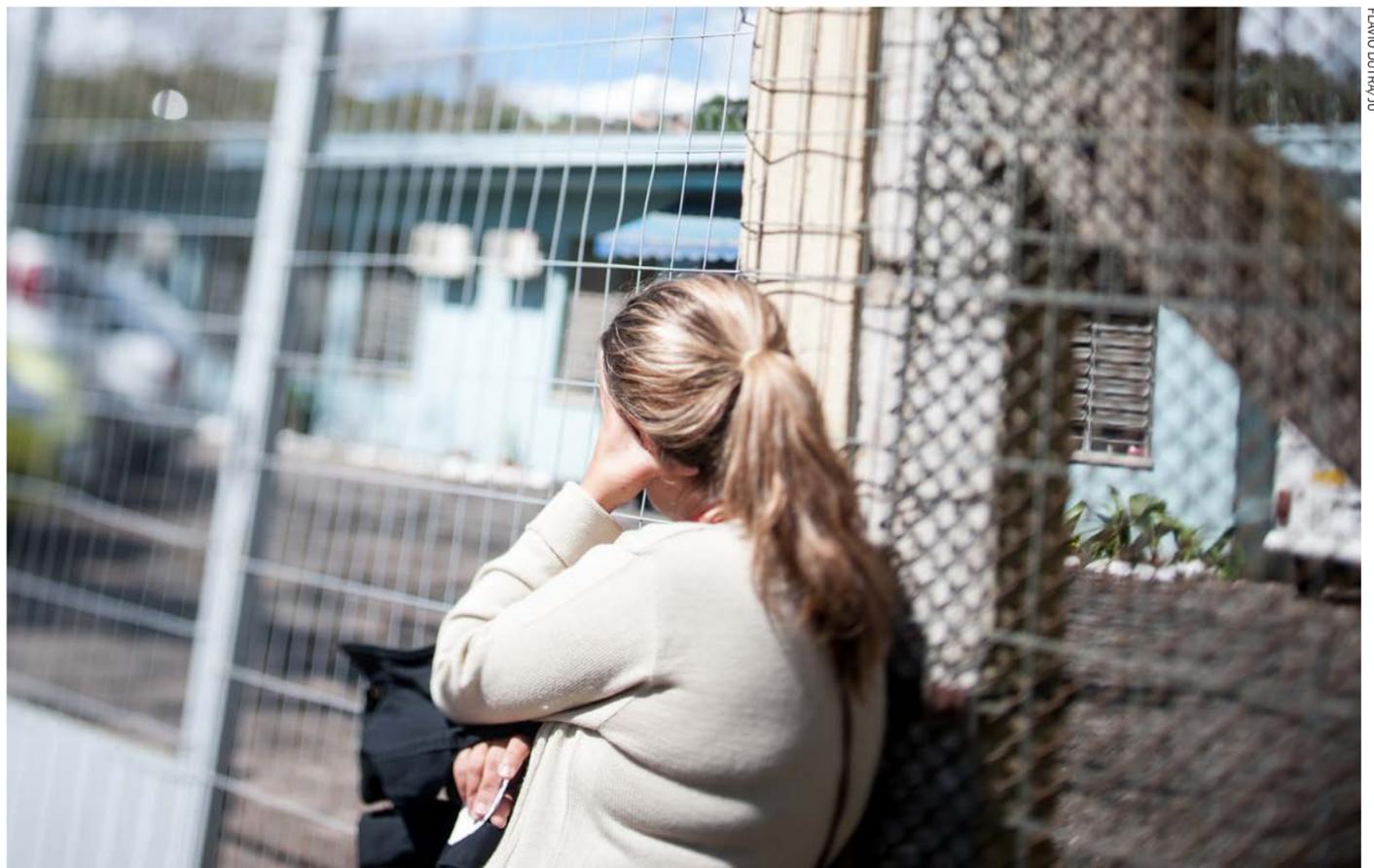
Conheça os projetos

O PIPA – Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei surgiu em 2011 e promove atividades de pesquisa, ensino e extensão, visando criar uma metodologia de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Além do Coletivo Fila, integram o PIPA:

G10 / SAJU - Equipe da Faculdade de Direito que presta assessoria aos adolescentes que respondem a processo por ato infracional.

PPSC (Programa de Prestação de Serviços à Comunidade) - Unidade de execução de medidas socioeducativas responsável pelos adolescentes que cumprem a prestação de serviços à comunidade em setores da Universidade.

Estação PSI - Programa do Instituto de Psicologia que realiza ações no contexto da execução de medidas socioeducativas.



Para as mães dos internos da FASE, os dias de visita são cansativos, mas a atuação do Coletivo Fila ameniza a ansiedade da espera

ENTREVISTA ESPECIAL

FLÁVIO DUTRA/JU



Viver o presente sob prot

Everton Cardoso

Terminada a conferência que proferira no Salão de Atos no dia 5 de setembro, o cientista social e intelectual português Boaventura de Sousa Santos se dirigiu à Sala II para atender à imprensa. Depois de ter dado depoimentos e entrevistas a uma emissora de televisão, a uma rádio e de ter conversado com o JU, recebeu Paloma Karpinski, de 17 anos, e Andreza Nunes, de 16 (foto). As estudantes da Escola Estadual Doutor Wolfram Metzler, de Novo Hamburgo, estavam ali por orientação de sua professora de Sociologia, Elisabete Backes. Parte de um projeto que levam a cabo dentro da proposta do recém-implantado ensino médio politécnico, elas queriam entender como as escolas têm lidado com essa nova diretriz da Secretaria Estadual de Educação. Para tal, imergiram na realidade de cinco escolas públicas de sua cidade, leram Paulo Freire e entrevistaram Boaventura de Sousa Santos. Quem conhece o pensador luso sabe o quanto, para ele, viver e pensar são uma questão de coerência: não só falou

à comunidade da UFRGS sobre respeito a diferenças, como recebeu as adolescentes sem fazer distinção entre elas e os jornalistas profissionais que as antecederam. Ao ser questionado sobre o ensino politécnico, manifestou sua opinião: “É uma dimensão muito importante do que pode ser a qualificação da força de trabalho deste país e, portanto, uma qualificação internacional do próprio Brasil”. Ele, entretanto, destacou a necessidade de se adotar um modelo de desenvolvimento que também inclua uma diversificação que favoreça a criação de trabalho. “Isso está na agenda política, por isso acho que há boas razões para estar otimista”, asseverou. Também enfatizou a necessidade de se valorizarem os saberes situados fora dos ambientes de ensino formal: “Nas vossas cidades, nos bairros em que vocês vivem, existe também muito conhecimento”. “Muitas vezes”, ensina, “os jovens entram na escola e pensam que já têm um conhecimento muito superior ao do outro; desprezam a técnica popular.” Na entrevista exclusiva dada ao JU, analisa o papel das universidades, a situação atual do Brasil e o Fórum Social Mundial.

Como as universidades poderiam conviver com a diversidade de saberes existente? Que caminhos poderiam tomar como alternativa?

Primeiramente, é preciso fazer uma análise da orientação e da vontade política para incorporar esses saberes ao contexto acadêmico, e para isso é necessário um esforço dos professores. Não estou de maneira nenhuma a imaginar que haja consenso entre eles a esse respeito, e ainda bem que há essa diversidade dentro das instituições. Mas os docentes que entendem efetivamente que seu conhecimento não é o único válido e que existem outras formas que podem ajudar para a solução de problemas sociais e até de outros problemas técnicos devem encontrar formas de trespasso que a universidade nos dá para podermos realizar essas experiências com outros saberes. Até agora, o que tivemos foram serviços de extensão. Mas tem-se visto uma transformação desses em uma forma de angariar fundos para a



DIÁLOGOS
80
ANOS

também cidadãos que representem organizações interessadas no tema e discutir o problema e a sua solução. Há noções técnicas que naturalmente dependem dos cientistas, mas existem outros conhecimentos que são, muitas vezes, significativos e importantes, até porque os cidadãos conhecem o local e a sua realidade. Já os académicos têm o que vem dos protocolos e o que é orientado em seus manuais, mas isso não está muito bem adequado à realidade. Aliás, eu aprendi isso aqui em Porto Alegre, quando se começou com o Orçamento Participativo. Eu andava, nessa altura, com engenheiros pela cidade por causa dos arroios e das inundações. Eles tinham uma ideia acerca da dimensão dos tubos por onde a água deveria ser canalizada, mas os habitantes dos bairros cruzados por esses riachos achavam que não podiam ser tão pequenos, porque, em determinada ocasião, numa enxurrada, havia acontecido algo. Isso é conhecimento contextual. Numa primeira fase, o técnico sequer queria ouvir essas pessoas, pois partia da ideia de que só ele tinha o conhecimento. O habitante do bairro era visto como um ignorante. Com o tempo, foi-se entendendo que, realmente, esses cidadãos – muitas vezes por meio das associações de moradores – também têm o seu conhecimento e é preciso reconhecê-lo. São iniciativas desse tipo que podem ser pensadas pela universidade dentro desse domínio. Mas há outras que são aquelas com que os próprios estudantes colaboram e ganham créditos por isso. Tenho trabalhado, por exemplo, com alunos de Direito e Medicina para trazerem os direitos populares, dos bairros, dos quilombolas para um debate com os professores para tratarmos das diferenças e das semelhanças entre o direito oficial e os outros direitos. A intenção é vermos em que medida o que chamamos de pluralismo jurídico pode ser respeitado. Os estudantes e jovens podem fazer esses trabalhos; alguns deles inclusive regressam às suas comunidades. São afrodescendentes ou indígenas, ou vivem na periferia, e por isso habitam-se a valorizar aquilo que é próprio e não vêm para a universidade como ignorantes, mas, sim, para aprender coisas novas sem desaprender as coisas que seus avós lhes disseram e que eram parte da sabedoria de seus povos.

Seria, então, uma transformação que transcende o contexto universitário?

A universidade, durante muito tempo, esteve na linha de ponta da inovação. Não foi no princípio. Historicamente, grande parte das inovações ocorreu fora da academia e depois foi por ela adotada. Galileu, por exemplo, nunca teria descoberto suas leis se estivesse dentro de uma universidade. Nessa altura, a Igreja não permitia que escrevesse e mesmo assim quase o mataram. Ele teve de desdizer a lei da gravidade. Sabemos que a universidade é resistente à mudança, mas em outros momentos tem sido pioneira de transformações. É preciso valorizar essa vocação de pioneirismo, tão própria da universidade, e tentar ver se ela vence a inércia que lhe é própria. É uma estagnação de departamentos, de disciplinas, daqueles que pensam que

seu conhecimento é tudo e que não têm de aprender nada com o que se passa lá fora.

Que papel têm as instituições de ensino superior no contexto nacional brasileiro?

A universidade deve ser portadora de um projeto de país. Quando as universidades definiram seus projetos de nação, obviamente era para formar as elites e, por isso, tinham de ter uma ideia de que país seria aquele. A Universidade de São Paulo (USP) é exemplo disso. Hoje, as elites nacionais não estão a ser formadas nessas instituições; a classe mais alta deste país, atualmente, manda os seus filhos para a Inglaterra ou para os Estados Unidos. Deixaram de confiar nas instituições nacionais de ensino superior, e é por isso que estas não são mais uma prioridade de investimento. São os estratos inferiores das elites que vêm para essas universidades. Não tendo o apoio dos grupos dominantes, precisam procurar outro suporte. A minha ideia é que esse apoio viria das classes médias, das organizações e dos movimentos sociais; é outro bloco social que tem interesse na universidade, porque recebe uma formação que até agora não teve. Mas durante muito tempo a universidade esteve isolada dessas classes. Coimbra, por exemplo, estava dividida entre os universitários e os não universitários, como dois mundos, até mesmo com duas equipas de futebol. A universidade estava isolada de sua cidade. Hoje, os tempos são diferentes, e é preciso que a academia tenha um bocadinho mais de humildade, pois ela tem um poder forte na sociedade, mas ele vem dessa mesma sociedade. Portanto, as instituições de ensino e pesquisa têm de se ligar mais aos setores dispostos a prestigiá-las, e esses são precisamente os novos grupos sociais que estão entrando nelas.

Como é possível analisar o atual contexto político brasileiro?

Os protestos de junho do ano passado mostraram nitidamente o que chamo de uma patologia da representação. Os jovens disseram que não tinham capacidade de participar do sistema político e que, então, iriam participar ocupando as ruas. Foi uma forma de engajamento numa luta contra essa patologia. Se olharmos para a composição da Câmara dos Deputados, vemos que ela não representa demográfica, cultural ou sexualmente o país. Nem os jovens, nem as mulheres, nem os indígenas, nem os afrodescendentes estão lá representados como deveriam estar. Nem mesmo os trabalhadores. Há um sistema completamente distorcido para o financiamento das campanhas, que faz com que o capital esteja a minar essa dinâmica. Daí a necessidade de uma assembleia constituinte. Dada a composição do congresso atual no Brasil, ela nunca terá lugar; é preciso ter uma assembleia livre e soberana.

Que contribuições os Fóruns Sociais Mundiais trouxeram e por que, com o tempo, foram perdendo sua força?

Esses eventos tiveram duas grandes vantagens e conseqüimentos em termos mundiais. O primeiro foi que os movimentos sociais, hoje, conhecem-se muito mais e muito

melhor do que se conheciam. Antes, eles estavam isolados em seus lugares de origem. Em 2011, tivemos aqui em Porto Alegre muitos grupos indígenas e alguns deles viviam a cerca de 60 quilômetros uns dos outros na Amazônia; estavam lá há centenas, milhares de anos e nunca se tinham visto. Encontraram-se aqui, e agora temos uma articulação desses grupos. Foi no FSM que esses movimentos se juntaram. O mesmo aconteceu com a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina, que são maneiras de articulação entre movimentos que nasceram exatamente no Fórum e que vivem independentemente do evento. A primeira década deste milênio foi a mais luminosa da América Latina: chegaram ao poder, muitas vezes a partir dos movimentos sociais, governos progressistas e populares. Na segunda, estamos a ter muitos problemas. Obviamente que o Hugo Chávez já havia começado esse processo na Venezuela em 1998, mas depois vamos ter o Brasil, a Bolívia, o Equador, a Argentina, o Chile, a Nicarágua, e íamos tentando ter em Honduras, mas houve o golpe de estado contra o presidente Manuel Zelaya. Isso significa que este continente teve uma emergência de governos progressistas que foi a dinâmica dos movimentos sociais, e isso estava no Fórum Social Mundial. Essas foram as duas grandes conquistas. Já não

tem o dinamismo que teve antes, mas isso não é dramático. Penso que se vão inventar outras coisas, pois temos que viver o presente sob protesto, da maneira como eu o vivo. Para fazê-lo, temos de encontrar outra forma. Quem sabe podíamos voltar a Porto Alegre com outro ânimo se as condições políticas locais nos permitissem? Isso poderia fazer a cidade continuar sendo um nome internacional muito vinculado à ideia do Fórum Social Mundial.

Que papel desempenham hoje esses governos progressistas? Que rumo deveriam tomar?

Fundamentalmente não deveriam atraiçoar aqueles objetivos com os quais foram eleitos. Se são emergentes de movimentos populares, depois, devido à lógica política, acabam por estar muito preocupados com o que o agronegócio pensa, com o que os empresários pensam, esquecem completamente de quem os formou e elegeu. Infelizmente, num momento eleitoral isso piora: as minorias e os movimentos são esquecidos, apesar de serem fundamentais para a própria eleição. O risco que esses governos estão a ter é que muita gente que até gostaria que eles fossem vencedores não se sente motivada para a mobilização e para ir à rua trabalhar para que sejam eleitos.

“Por não ter mais o apoio das elites dominantes, as universidades precisam aprender a buscar o suporte das classes médias e dos movimentos sociais”



FLÁVIO DUTRA/JU



GUSTAVO DIEHL/JU

testo

universidade e não como um trabalho de difusão da instituição para com os cidadãos. Mesmo nessa área, o que se faz é levar a universidade para fora. Portanto, é o conhecimento científico saindo. O que estou a pedir é que haja a entrada do conhecimento de fora. É trazer os saberes não científicos dos cidadãos e dos movimentos para dentro da academia.

Como isso aconteceria na prática?

De duas formas. A primeira é por meio de projetos concretos, como o que chamamos na Europa de lojas de ciências, que estão a se desenvolver muito na Dinamarca e nos Países Baixos. Também temos de fazer um esforço para que certos problemas não sejam determinados pelos termos dos protocolos das agências que nos financiam, mas a partir do que é definido pelos cidadãos segundo suas necessidades. Depois, devemos convocar cientistas daquela área – normalmente muito interdisciplinares – e



Nasceamos de histórias

Literatura

Mia Couto fala da influência das narrativas que ouviu de seus pais na criação de seus romances

Ânia Chala e Gabriel Nonino*

Para o escritor moçambicano, falar de histórias pode ser algo tão triste como ter de explicar uma anedota a alguém que não entendeu a piada. “Só há uma maneira de falar de histórias: por meio de outras histórias”, disse Mia Couto ao público que lotava o Salão de Atos da Universidade na manhã do dia 10 de setembro para assistir à sua Aula Magna com o tema *Guardar memórias, contar histórias e semear o futuro*.

Nesta entrevista ao JU, ele fala de como a oralidade está presente nas histórias que cria e também da influência de suas experiências como biólogo na produção de seus romances e contos.

O senhor tem ressaltado a importância de repensar a oralidade. Como se desenvolveria isso na literatura?

Acho que a oralidade sempre esteve presente como um manancial, um patrimônio sobre o qual os escritores e poetas trabalham. Temos a ideia de que um escritor é sempre influenciado por outro escritor, mas não é verdade. Nós nascemos de histórias. Para responder à sempre clássica pergunta sobre quem são os autores que nos influenciaram, acho que devemos ser francos. No meu caso, foram meu pai e minha mãe, que me contavam histórias. Obviamente, depois, isso foi continuado em outro território. No meu caso, acho que é nesse contato com aquilo que é a fronteira entre a oralidade e a escrita, que é onde eu quero produzir. Por exemplo, fui influenciado por cantores brasileiros também. Aquilo que o Chico Buarque fez, colocando a poesia ao lado da música, como se estivesse expandindo uma coisa que aparentemente a nossa língua não comportava, teve uma influência enorme em mim. A poesia tem essa tentação de querer ser música. E não existe poeta que não tenha pensado em seu texto com certa musicalidade.

O colonizador branco só aparece como personagem secundário em seus textos. Esse apagamento é uma opção deliberada?

Para dizer a verdade, isso não é planejado. Quando um personagem surge na minha cabeça, quase sempre é negro, portanto distante da minha própria raça, da minha origem. Mas é distante também da minha condição social. Normalmente, é gente de outro mundo, de um mundo que eu tomo pela



FLAVIO DUTRA/JU

margem. Parece que esse é o olhar que me leva a interrogar sobre as minhas certezas.

Em diferentes ocasiões o senhor declarou apreço por autores brasileiros. Qual a importância da literatura do Brasil para a produção luso-africana?

Foi uma influência enorme. E não apenas para o meu caso pessoal ou o de Moçambique, mas para uma geração entre os anos 50, 60 e 70, esse contato foi muito estimulante, abriu horizontes. Não só pela qualidade da literatura brasileira, que é muito boa, mas porque o que vocês estavam fazendo no Brasil correspondia a uma procura nossa. Precisávamos encontrar uma voz, um sotaque, um contato com a linguagem que vocês já tinham conseguido fazer. Afinal, como países que foram colonizados pelo mesmo centro, empreendemos, todos, a mesma luta, que é encontrar nessa língua, que era a língua do colonizador, uma identidade própria. E o Brasil estava séculos à frente em relação a nós. Portanto, aquilo que o brasileiro já tinha encontrado foi muito instigante para nós.

As guerras que assolaram a sua terra natal aparecem em mais de um livro seu. O senhor considera a literatura e as artes em geral os canais pelos quais essas memórias podem ganhar visibilidade?

Eu acho que a arte é, provavelmente, a única via. No caso de Moçambique, essa espécie de catarse em relação à guerra foi feita, mas no nível desse mundo tradicional, no mundo oral, que tem mecanismos ritualizados. Ocorreram cerimônias religiosas nas quais os soldados, que mataram e cometeram crimes durante o conflito, foram sujeitos a um processo de purificação. Isso

aconteceu de uma maneira muito generalizada. Nessas cerimônias houve uma espécie de resgate de memórias, mas isso foi operado em um âmbito que não é o mais visível da sociedade. Porém, em um nível mais formal, esse resgate ainda necessita ser feito nos grandes centros urbanos. E é aí que a literatura tem, de fato, um papel importante. Acho que as pessoas têm receio de que se faça um processo de apontar dedos, de culpabilizar o outro. E, provavelmente, a literatura, ao revelar esse lado mais complexo, mais humano do que foi a história, não parta em busca de algo como uma Comissão da Verdade. A literatura pode ser uma espécie de tranquilizante, uma forma de fazer uma catarse, mas por outras vias. Mas aquela solução que foi encontrada [no caso de Moçambique], um tipo de amnésia coletiva, evidentemente não resolve. Ninguém pode esquecer.

Em Moçambique, a exemplo do ocorrido em outros países africanos que enfrentaram guerras civis, houve o recrutamento forçado de crianças? Como esses meninos-soldados foram reintegrados à sociedade?

Sim, também tivemos esses casos. Há psicólogos que trabalham há anos nesse processo de readaptação. Essa prática, infelizmente, é comum na África: os meninos são forçados a cometer crimes logo no princípio dos conflitos e, depois, já não podem retornar às suas aldeias.

É possível fazer um paralelo entre o realismo mágico latino-americano, surgido em meio a ditaduras, e o elemento fantástico da sua obra como resposta aos conflitos ocorridos em seu país?

Não me sinto muito à vontade com essa categoria. Ao aceitarem

a existência desse realismo mágico, os latino-americanos, os africanos e muitos dos europeus parecem afirmar a existência de um realismo que não é mágico. E não existe isso. Toda realidade comporta esse componente mágico. Não se pode falar da realidade brasileira sem impregnar esse relato com muita fantasia. Não creio, também, que esses movimentos tenham nascido por causa de uma ditadura. Particularmente no caso de García Márquez, uma espécie de emblema desse movimento, quando se visita a Colômbia, percebe-se que não é possível falar da realidade se não for assim. Essas classificações das tendências literárias normalmente não são feitas por quem faz literatura, mas por quem a estuda. E não traduzem uma realidade que não pode ser empacotada em uma racionalidade europeia. Nem a própria racionalidade europeia cabe dentro dessa ideia de realismo.

O senhor revelou que um episódio ocorrido no interior de seu país o inspirou a escrever A confissão da leoa. As experiências do trabalho como biólogo aparecem com frequência em suas histórias?

Muito, porque, no caso do leão, por exemplo: encontrar um animal desses andando a pé, não com uma visão turística de quem está passeando em um carro ou em um zoológico, mas com esse sentimento de uma desproteção total, é uma terapêutica enorme para quem, como nós, pensa que somos donos, que somos o centro do mundo. Naquele território, ele é o soberano. E essa aprendizagem é uma espécie de hipnose. Porque, primeiro, o leão te enfrenta com aquele olhar de caçador, um olhar que nós deixamos de ter. E, de repente, nós não sabemos ver o mundo. Lembro-me

sempre de uma história do Eduardo Galeano em que um menino pede ao avô que o ajude a ver o mar, porque ele não conseguia ver a extensão do oceano. Há qualquer coisa que nos falta apreender numa relação dessas. Acho que esse descentramento de nós próprios que o meu trabalho me proporciona, nas ocasiões em que tenho esses encontros com outras criaturas e outras paisagens, me parece uma escolha importante como escritor. Uma pergunta muito frequente que me fazem é como consigo compatibilizar [o trabalho de escritor e o de biólogo]. Acho que eu nunca me coloquei essa questão, essa estranheza nunca me assaltou.

Em função da crise econômica mundial, as ex-colônias de Portugal passaram a ser vistas como opção para os jovens portugueses pressionados pela falta de emprego. Esse fenômeno ocorre em Moçambique?

Isso acontece mais em Angola, que sempre foi a dama do império colonial africano, mas também ocorre em Moçambique. E não há mais porque Moçambique não tem uma economia como a do Brasil, que pode comportar essa gente. A razão disso é muito triste: a crise em Portugal. Mas, por outro lado, é uma espécie de terapia histórica. A ideia de que esse estereótipo de ‘nós vamos lá na Europa buscar coisas’ está se invertendo. A atitude dos jovens portugueses que vão a Angola e Moçambique está mudando. São jovens de cabeça mais aberta, que entendem a necessidade de ter respeito com o diferente. A ideia estereotipada do continente está mudando. As pessoas estão começando a entender que a África pode ser várias coisas.

*Estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



FLÁVIO DUTRA/JU



DIÁLOGOS
80
ANOS

Genética da moral

Comportamento Cientista americano Paul Bloom analisa o quanto da moralidade é parte da herança biológica

Everton Cardoso

Desde há muito a questão sobre a natureza humana tem acompanhado as ciências de uma maneira geral: nascemos bons ou maus? Tendo essa indagação como norte, o pesquisador estadunidense Paul Bloom observou o quanto os bebês são capazes de distinguir o que é bom do que é ruim e como os adultos relacionam nojo a preconceitos. Em sua passagem pela UFRGS para uma conferência no âmbito do Fronteiras do Pensamento e para participar de uma série de eventos no Hospital de Clínicas de Porto

Alegre, o professor e pesquisador vinculado à Universidade de Yale concedeu ao JU entrevista exclusiva em que detalha as principais conclusões de seus estudos, que relacionam a moralidade à herança genética.

Qual é seu principal interesse de pesquisa nos experimentos direcionados à primeira infância? Muitas das investigações observam julgamentos morais, ou seja, como os bebês identificam personagens como moralmente bons ou maus. Para fazê-lo, mostramos uma série de cenas para as crianças em que certos personagens interagem. Se

um deles está tentando subir um morro, por exemplo, outro o ajudará, e um terceiro o empurrará para baixo. Depois disso, mostramos os personagens – o que auxiliou e o que prejudicou – para ver qual dos dois o bebê prefere. Para crianças de um pouco mais idade, também fazemos experimentos para ver quem eles recompensam ou punem. Esses bebês ainda nem falam ou entendem linguagem, mas já manifestam seus julgamentos morais sobre os personagens. Nesse sentido, a moralidade emerge como diversos outros traços que se encontram em bebês e que são biologicamente preparados.

Nascemos todos com o mesmo senso moral?

A moralidade que exploramos em nossos estudos – tal como a habilidade de diferir certo e errado – está presente em todos os bebês. Mas há diferenças entre eles, naturalmente. Eles se diferenciam no quanto são empáticos ou agressivos, mas a compreensão da moral é universal. E a diferenciação que encontramos entre os adultos é produto da cultura, da racionalidade e da razão. É por isso que temos discordâncias morais. Hoje, por exemplo, concordamos que escravidão é errada, mas os bebês ainda não sabem disso. Na verdade, durante boa parte da história humana, as pessoas não souberam disso. Quando adultos, olham para situações mais complexas e surgem essas diferenciações. Nossos experimentos lidam com fundamentos mais primitivos da moral, e uma das nossas descobertas é que, embora tenhamos um entendimento inicial disso tudo, este é limitado. Bebês tendem a não se importar com estranhos, por exemplo, mas nós damos importância a eles. Tanto é que doamos dinheiro para caridade no estrangeiro e reconhecemos que é errado matar alguém mesmo em países distantes. No entanto, isso não é parte de nossa natureza humana em si, tem de ser aprendido. Outro exemplo – este vindo de pesquisas em outros laboratórios, não no nosso – é que crianças muito jovens têm viés. Sempre se pensou que elas nascessem inocentes, e que racismo ou visões mais amplas fossem produto de influências. No entanto, tem-se percebido que desde muito cedo elas começam a querer distinguir entre ‘nós’ e ‘eles’. Reconhecemos que não devemos ter preconceito é produto de nossa inteligência e, sobretudo, da cultura. Outro exemplo é que, quando se mostram dois personagens a um bebê, e um fala um idioma diferente do da criança, ela prefere aquele que usa a mesma língua. Isso talvez não seja tão surpreendente, se considerarmos que a interação é facilitada pelo que é partilhado. Se os dois personagens falam a mesma língua que a criança, mas, no entanto, se um deles tem um sotaque diferente, a preferência recai sobre aquele que possui o mesmo sotaque. Quando se envelhece, isso se modifica e, pelo menos em algumas culturas, prefere-se interagir com pessoas que têm a mesma cor de pele, que são familiares. Esses vieses são os que reconhecemos que não devemos ter, mas são, de certa forma, parte de nossa natureza.

Sendo assim, não se abre um precedente para que formas de discriminação sejam justificadas por serem naturais?

Somente se acreditarmos que o que é natural é necessariamente bom. É natural termos problema de visão, mas usamos lentes para melhorar esse sentido. Também é da natureza termos infecções, mas foram descobertos e criados antibióticos. Então, muitas coisas são naturais, mas isso não significa que sejam boas. No final, o que é bom ou ruim é algo que aprendemos por meio de nossa inteligência, da racionalidade. Podem ser naturais, mas isso não significa que devamos

agir dessa forma. A história da moralidade que temos como humanos modernos – e que consideramos ser a melhor possível – é parcialmente a história de fundamentos inatos. Se não tivéssemos um senso que nos permitisse distinguir o certo do errado, isso nunca teria nos ocorrido. Mas é também a história do nosso desenvolvimento: muito do mal que acontece no mundo é produto de um uso desse sentido com o qual nascemos, e não da moral mais racional que vem da cultura. É similar ao que acontece com o conhecimento da matemática: bebês muito jovens sabem que um mais um é igual a dois; ou que três menos um é igual a dois. Mas é somente depois de adultos que vamos entender as frações, o infinito, o zero ou os números muito grandes. Usamos nossa inteligência para ampliar a compreensão das coisas a partir desse cerne fundamental. Nesse sentido, a cultura modifica, altera ou ajusta esses traços biológicos; não é apenas acrescentada a eles. De uma maneira geral, nos tornamos pessoas melhores, começamos a nos importar com os outros e adquirimos um sentido moral mais amplo.

Muito do mal do mundo é produto da moral com a qual nascemos

O que mais está envolvido nesse processo de formação da moralidade?

Uma parte de minhas pesquisas olha para a relação de adultos com o nojo. O que temos percebido é que, na maior parte dos casos, quanto mais se anojam em relação a coisas como o cheiro de urina, mais moralistas essas pessoas são em relação à sexualidade. Pensamos que seja porque muito dessa moral relacionada ao sexo está enraizada no asco. Por exemplo, se alguém pensa que relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo são nojentas, provavelmente pensará que é moralmente errado. É interessante que isso não emerge no nascimento. Bebês não sentem nojo em relação a nada, mas ao redor dos quatro ou cinco anos os sistemas cerebrais responsáveis pela sensação de asco começam a funcionar. E então eles chegam ao extremo de sentirem isso em relação a tudo. Mais provavelmente a questão biológica embutida nisso era originalmente nos manter afastados de parasitas e venenos, como no caso da aversão a fezes, sangue e coisas do gênero. Mas isso se estendeu aos domínios da sexualidade e aos domínios do racismo. Por isso classificamos um grupo inteiro como asqueroso. Isso é um exemplo de acidente biológico: tinha um propósito inicial, mas se modificando para outro. Nesse sentido, podemos dizer que o papel que o nojo desempenha na moralidade é um acidente do percurso evolutivo.



Literatura social

Ensaio Obra reúne textos do crítico literário Roberto Schwarz

O livro *As ideias fora do lugar* apresenta seis ensaios do escritor Roberto Schwarz, um dos mais conhecidos críticos literários do país, com textos essenciais para conhecer o pensamento do autor. Entre os temas discutidos estão a cultura e a política durante o período da ditadura, a identidade nacional, as obras de Machado de Assis e a ficção de Paulo Emilio Sales Gomes.

No texto homônimo ao título do livro, Schwarz apresenta uma leitura da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, na qual as ideias liberais, baseadas no trabalho livre, eram divergentes da realidade de um país escravocrata e socialmente atrasado. O ensaio foi originalmente apresentado no livro *Ao vencedor as batatas*, de 1977, e foi o seu primeiro trabalho a receber destaque. Sua importância está em sinalizar a apropriação do pensamento europeu na literatura brasileira, que

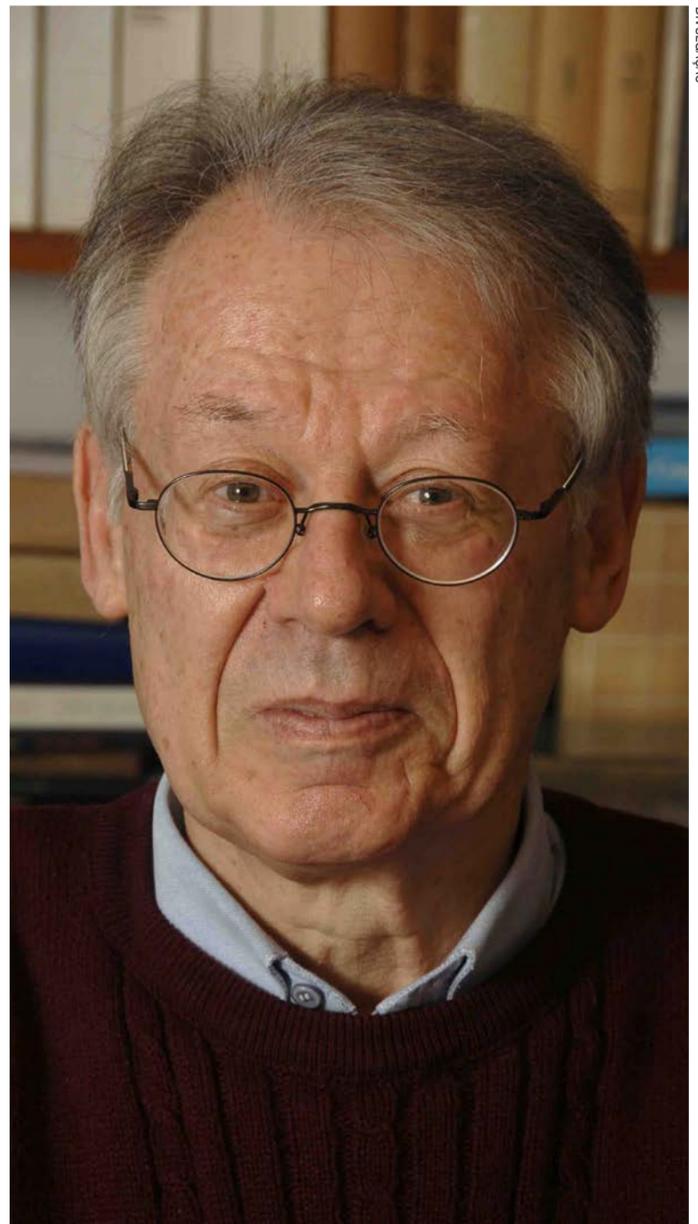
era deslocado da realidade local, com a ideia liberal justificando o trabalho escravo, o que é um contrassenso. Outro destaque em sua carreira é o ensaio *Cultura e política – 1964-1969*, de 1978, que aborda a produção cultural de esquerda no início da ditadura, época em que a direita detinha a hegemonia política, mas a hegemonia cultural ainda pertencia à esquerda, ressaltando as tensões entre cultura e ideologia.

Seus estudos sobre a obra de Machado de Assis representam uma virada na leitura dos livros do escritor. Em um de seus textos mais conhecidos, *Um mestre na periferia do capitalismo*, apresenta a construção do narrador no livro *Memórias póstumas de Brás Cubas* através do patamar de leitura das classes sociais, relacionando a forma ficcional com a estrutura de classes. Para Antônio Sanseverino, professor de Literatura do Instituto de Letras da UFRGS, Schwarz traz para o núcleo de leitura das obras de Machado a importância de pensar as configurações sociais daquela época. “Lendo pela chave de leitura do Schwarz, as obras do Machado não estão falando da condição humana em abstrato, mas da condição de uma elite no Brasil do século 19 que não tinha nenhum compromisso com

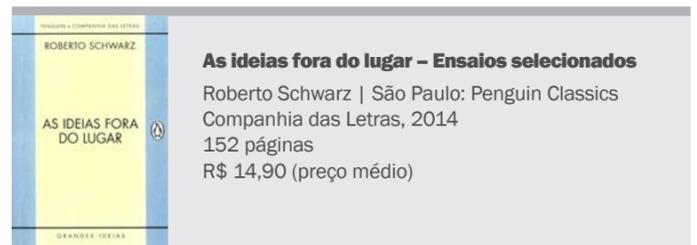
os escravos. Ele mostra que isso não é só o conteúdo da obra, é também a sua forma. Quando se define um jeito de narrar, que é dispersivo e fragmentado, o autor está fazendo a forma de narrar dessa elite”, ressalta. Na coletânea, o ensaio *O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis* apresenta a visão do autor sobre a obra machadiana.

Ideias polêmicas – As ideias do escritor Schwarz influenciaram, além da literatura, os estudos das ciências sociais, por situar as obras literárias nas suas capacidades ilustrativas de compactarem as tensões e os conflitos históricos, fazendo uma leitura social dos textos literários. A crítica de Roberto Schwarz é controversa e até hoje mobiliza autores preocupados em responder às suas ideias. “Alguns pesquisadores pensam que a literatura social vai falar da sociedade e não da literatura e por isso acreditam que a importância social de uma obra não é tão relevante como Schwarz expõe em seu trabalho. Ele tem influência até por ser polêmico. Por esse motivo, atualmente, é um crítico incontornável na literatura brasileira”, comenta Sanseverino.

Laura Pacheco dos Santos, *aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico*

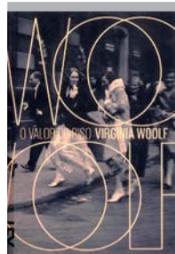


DIVULGAÇÃO



As ideias fora do lugar – Ensaio selecionados

Roberto Schwarz | São Paulo: Penguin Classics
Companhia das Letras, 2014
152 páginas
R\$ 14,90 (preço médio)



O valor do riso e outros ensaios

Virginia Woolf | São Paulo: Cosac Naify, 2014
512 páginas | R\$ 52 (preço médio)

O valor de Virginia

Em *O valor do riso e outros ensaios*, podemos conhecer uma faceta ainda pouco explorada da escritora inglesa Virginia Woolf: a de grande observadora e crítica. O livro reúne uma seleção de 28 ensaios da romancista, em sua maioria inéditos no Brasil, traduzidos pelo crítico e poeta Leonardo Fróes. São textos produzidos entre 1905 e 1940, publicados originalmente como artigos para jornais e revistas com os quais Virginia colaborava – a escritora começou a trabalhar como resenhista para a publicação semanal inglesa *Times Literary Supplement* aos 22 anos. Neles, é possível identificar a autora dos clássicos *Orlando* e *Mrs. Dalloway*, mais voltada aos movimentos exteriores, mantendo a sua tradicional prosa, densa, capaz de enxergar o extraordinário nas coisas mais mundanas.

No ensaio *Batendo pernas nas ruas: uma aventura em Londres*, por exemplo, a compra de um simples lápis se transforma numa forte experiência de abertura ao mundo. Já no texto que dá nome à publicação, a escritora reflete sobre humor, comédia e a mulher, aproximando-se de

uma indagação a respeito da gênese de toda a arte em palavras, sons e gestos: “Não há nada tão difícil como o riso, de fato, mas nenhuma característica é mais valiosa. Ele é uma faca que ao mesmo tempo poda e instrui e dá simetria e sinceridade aos nossos atos e à palavra escrita e falada”.

Em outros textos, Virginia traça perfis de mulheres, sejam elas mais conhecidas, como a escritora Jane Austen e a atriz francesa Sara Bernhardt, ou até mesmo as esquecidas Lady Elizabeth Holland e Louise de La Valière, esta amante do rei Luis XIV. Com seu lado militante feminista à frente, ela constrói narrativas detalhadas – que servem de exercício e precedem biografias mais tarde escritas pela autora – sobre os tormentos dessas mulheres que ousaram desafiar convenções para viver suas escolhas. Há também ensaios em que a escritora trata da arte literária, trazendo reflexões sobre a dificuldade de orientação dos leitores diante da enorme quantidade de títulos no mercado editorial, como é o caso de *Como se deve ler um livro?* e *O leitor comum*. (Manoella van Meegen)



Futuro pifado na literatura brasileira: promessas desenvolvimentistas e modernização autoritária

Homero Vizeu Araújo | Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014
288 páginas | R\$ 35 (preço médio)

Consciência crítica

Professor de Literatura da UFRGS, Homero Vizeu Araújo propõe, num conjunto de ensaios recolhidos, conjecturas bem articuladas sobre “como a cultura do país reelaborou esteticamente as promessas da modernização democrática”, balizadas pelo sentimento difundido no nacional-desenvolvimentismo a partir da década de 50. Um dilema que nos persegue com a promessa de um futuro que não se cumpre (daí o *pifado*) e que foi conduzido a ferro nos eventos que se sucederam a 1964. Para dar cabo do interessante momento da produção cultural nacional, Homero põe em pauta relações entre a estética literária e o processo social contemporâneos: numa das pontas da parábola, a bossa nova, Brasília, o Plano de Metas de JK, o cinema novo, o CPC e o tropicalismo; na outra, a contracultura, não menos prolífica. Uma literatura que investe na procura, pela forma, do ser brasileiro, com aproximações e distanciamentos emergentes dos diferentes estratos da sociedade brasileira, permeada de paradoxos e tensões entre o regional e o universal, o rural e o urbano, a casa

grande e a senzala, o sertão e a metrópole. São substância dos ensaios “momentos diversos mas combinados da literatura brasileira: no contraste entre o teatro de Dias Gomes e de Nelson Rodrigues, na prosa de um romance lírico e obscuro de Carlos Heitor Cony, no andamento da canção *Baby*, de Caetano Veloso, ou na trajetória poética de João Cabral”. Ajudam as análises, bem fundamentadas, diga-se de passagem, e em um texto claro e bem articulado, referências de peso, como as de Roberto Schwarz e Antonio Candido. Deste, por exemplo, os pressupostos formais do experimentalismo da nova narrativa dos 60. Entre os dilemas que o autor provoca para a análise das obras, as interrogações sobre se seriam datadas, se a “sua aceitação estética dependia de uma conjectura de época”, se deviam “excessivamente aos dilemas em torno do nacional-popular”, ou, “mais especificamente, dependeriam da consciência crítica culpada do intelectual bem intencionado diante da ditadura modernizadora e concentradora de renda”. (Antônio Falcetta)



Roberto Carlos deu início à polêmica, em 2007, ao obter na Justiça a proibição de obra escrita pelo pesquisador Paulo César de Araújo

Biografias seguem gerando polêmica

Literatura Projeto de lei e julgamento do Supremo Tribunal Federal podem acabar com as ações de censura às obras não autorizadas

Samantha Klein

É incerto dizer em que época surgiu o conceito de intimidade como um direito fundamental. Teóricos alegam que a ideia nasceu da decadência do sistema feudal e da ascensão da burguesia. Outra vertente diz que a própria etimologia da palavra *intimus* leva a crer que os romanos já tinham essa compreensão. Alguns autores consideram ainda que o conceito de intimidade é remanescente das antigas civilizações, porque essa seria uma característica inata ao homem.

Certo é que a vida privada é garantida pelo artigo quinto da Constituição do Brasil. Entretanto, no mesmo parágrafo consta a liberdade de expressão independentemente de qualquer tipo de censura. Apesar de o texto constitucional ser considerado um marco após os 21 anos de ditadura, desde que *Roberto Carlos em detalhes* foi proibido e 11 mil exemplares foram recolhidos das livrarias de todo o país, em 2007, percebeu-se que vestígios do regime de exceção permanecem presentes no artigo 20 do Código Civil.

O fato incendiou a discussão sobre a liberdade de expressão, gerando uma avalanche de críticas ao músico. Já a proposta de anulação do texto que prevê a autorização prévia para a divulgação de informações pessoais tramita há

seis anos no Congresso e deve ser votada em 2015.

Lucros em pauta – O constitucionalista Domingos Sávio Dresch acredita que a briga pela autorização para publicar informações pessoais ultrapassou a esfera do Direito para a da Economia. Procurador da República e professor da Universidade, Sávio destaca que o Código Civil de 2002 deu muita proteção à privacidade e quase anulou a livre expressão. Segundo ele, o reequilíbrio entre os direitos é a parte “charmosa” do debate.

O docente lembra que nos EUA os artistas ou familiares vendem informações para os escritores de biografias, gerando altos lucros, mas não impedem a publicação de textos sem permissão. “O que realmente está em disputa entre os famosos e os editores é o fato de os biografados sentirem que devem receber, como se sua vida fosse uma obra artística e a biografia, a sua apresentação. No entanto, a vida de artistas e políticos compõe a história do país. A meu ver, o fim da autorização prévia é a garantia de que as futuras gerações poderão conhecer partes da história que hoje podem estar sendo encobertas”, sustenta.

Biografias malditas – A batalha judicial por conta da proibição da biografia do músico mais popular do país foi contada em *O Réu e o Rei*,

de Paulo César de Araújo. Na obra, o biógrafo ainda narra a própria trajetória de fã, nascido no interior da Bahia, e as dificuldades superadas para produzir a pesquisa sobre Roberto Carlos ao longo de 15 anos, durante os quais pesquisou documentos e fez entrevistas com artistas brasileiros. Curiosamente, contra esse livro Roberto Carlos resolveu não ingressar na justiça. “Apesar de ainda haver uma indefinição no Congresso e no Supremo Tribunal Federal, já avançamos bastante na questão. A melhor alternativa para os pesquisadores é a suspensão da autorização prévia por parte do STF. Mais cedo ou mais tarde isso teria que acabar. Vejo [essa questão] como uma situação parecida com as vésperas de abolição da escravatura.” O pesquisador, assim, ressalta por que a discussão continua em duas esferas. Na Corte Suprema tramita uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a necessidade de licença para a publicação de uma biografia, de autoria da Associação Nacional dos Editores de Livros. Desde dezembro do ano passado, a ação aguarda um posicionamento da ministra Carmen Lúcia. Por outra via, em maio, a Câmara dos Deputados finalmente aprovou a Lei das Biografias, projeto de autoria do deputado Newton Lima (PT/SP), porém ainda falta a aprovação do Senado.

O texto sancionado pelos parla-

mentares, entretanto, contém certa armadilha, alegam autores e editores. Uma emenda de Ronaldo Caiado (DEM/GO) diz que, caso um biografado se sinta lesado por uma obra, em uma próxima edição, haverá modificação do texto com maior agilidade. “Esse argumento se configura uma pós-censura ou mesmo uma pré-censura, pois, se nos voltarmos aos antecedentes que presenciamos no país, as editoras irão se autocensurar ao publicar informações importantes para a história brasileira, mas que podem ser discutidas pelos artistas retratados em uma obra”, sustenta Paulo César.

Roberto Carlos, que sempre disse não gostar de política, se voltou a ela no ano passado quando o grupo Procure Saber – com medalhões da MPB, como Chico Buarque, Caetano, Gilberto Gil e Djavan, capitaneados pela empresária Paula Lavigne – foi buscar apoio no Congresso contra o projeto do deputado Newton Lima. Não derubaram o texto, mas conseguiram a emenda de Caiado.

Batalhas judiciais – Além da proibição da circulação do livro escrito pelo pesquisador Paulo César de Araújo, Ruy Castro foi vítima da censura do Rei quando escreveu um perfil para a revista *Status*, em 1983. O biógrafo de Carmem Miranda e Nelson Gonçalves também enfrentou uma batalha

judicial com as filhas de Garrincha. Durante dez anos, a publicação sobre um dos maiores jogadores de futebol da história foi impedida de circular. O público também não pode acessar a biografia de um dos maiores escritores do país. A filha de Guimarães Rosa ingressou com uma ação contra *Sinfonia Minas Gerais – A vida e a literatura de João Guimarães Rosa*. Vilma Guimarães alegou que a obra é um plágio do livro escrito por ela, tendo causado graves danos à imagem do escritor, assim como violado direitos autorais dela e de terceiros.

Em 2013, a 4.ª edição da biografia do poeta Paulo Leminsky foi proibida em ação movida pelas herdeiras dele. Além disso, as filhas solicitaram a proibição de um livro de memórias de Domingos Pellegrini em que fala sobre a sua amizade com o escritor curitibano. Outros livros que retratam a vida e a obra de personagens como Lampião e Noel Rosa foram igualmente alvo de disputa judicial.

Controle da história – Conforme a pesquisadora Virgínia Fonseca, o jornalista não tem uma autorização prévia para devassar toda e qualquer informação sobre a vida privada de um artista. No entanto, a professora argumenta que os dois direitos precisam ser hierarquicamente avaliados. Em geral, o direito à informação é mais importante do que à privacidade. “Quando lidamos com pessoas públicas, a privacidade acaba por ser um direito menor. O que pretende Roberto Carlos quando aciona a justiça sobre o que dizem a respeito de sua imagem é justamente exercer controle e manter a persona que ele gostaria de encarnar. Para o jornalismo, o direito à vida privada é um valor, mas não é mais importante que o interesse público. Portanto, cabe ao biógrafo ser ético ao informar acontecimentos válidos ao interesse público e que superem as meras fofocas”, ressalta a docente da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

Já o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que defende Roberto Carlos, diz que o artista não mais se posiciona contra a modificação da lei que prevê a autorização prévia, mas defende mecanismos que acelerem a defesa daqueles que se sentem lesados por uma obra. É o caso da emenda do deputado federal Ronaldo Caiado. “O problema é que as pessoas entendem de recorrer ao Judiciário em caso de erro grave. As pessoas acham que isso se trata de censura. Agora se sai uma publicação com erro maldoso, elas têm direito de recorrer. O problema é que, hoje, uma ação indenizatória demora dez, 12 anos no Judiciário”, justifica Kakay.

Além das biografias, uma decisão favorável no STF é fundamental para as editoras, mas também para outros setores da comunicação, como é o caso da TV Globo, que já enfrentou problemas com a transmissão de minisséries como *Amazônia – De Galvez a Chico Mendes* e *Maysa*, pois os familiares implicados reclamaram direitos autorais. Quanto à adaptação de histórias de vida para o cinema, artistas como Roberto Carlos não deixarão de exigir seus direitos econômicos. Portanto, a batalha ainda não está encerrada.

► **Redação** Gabriel Nonino | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



Mágoas do violão

Unimúsica Projeto faz homenagem a Octávio Dutra

A terceira edição da *Série Compositores: a Cidade e a Música*, do Unimúsica 2014, promove, no dia 2 deste mês, às 20h, no Salão de Atos da Universidade, uma homenagem ao violonista e compositor Octávio Dutra.

O musicista porto-alegrense adquiriu sua formação teórica no Conservatório de Música (atual Instituto de Artes da UFRGS) entre 1909 e 1911. Segundo Márcio de Souza, compositor e professor no Conservatório de Música da UFPel, pode ser identificado na carreira de Octávio Dutra o cruzamento de pelo menos cinco períodos que marcaram a sua experiência composicional: o autodidata, o dos estudos no Conservatório de Música, o discográfico, o carnavalesco e o radiofônico. Octávio ficou conhecido por suas serenatas e valsas porto-alegrenses no grupo musical *O Terror dos Facões*.

O espetáculo está nas mãos do bandolinista Hamilton de Holanda, um dos principais nomes do choro no Brasil, e do gaúcho *Regional Espia Só*, formado por Rafael Ferrari, Luis Arnaldo, Giovanni Berti, Max Garcia e Augusto Maurer, cuja reunião se deu justamente para interpretar as composições de Octávio Dutra. Para Rafael Ferrari – que além de bandolinista do grupo também dirige a homenagem –, “a ideia do *Espia Só* é botar em voga a obra de Octávio, que é lindíssima, balanceada, sentimental, virtuosística e, em vários outros aspectos, primorosa”.

Talento irreconhecido – Octávio Dutra morreu pobre e sem o reconhecimento merecido. O fato de não ter saído do Rio Grande do Sul para mostrar a sua obra é apontado como um dos motivos. Entretanto, isso não diminuiu a importância

do legado do músico que, conforme Rafael, “fez choro com a essência da sua terra, com seu sotaque, com características estilísticas próprias e, acima de tudo, com uma musicalidade incrível que o equipara a mestres como Pixinguinha, Jacob do Bandolim e Abel Ferreira.

Na véspera do show, Hamilton de Holanda comanda uma oficina gratuita às 16h, no Salão de Atos. O espetáculo do dia 2 tem retirada de senhas a partir de 29 de setembro.

O Unimúsica terá, ainda em outubro, um show em homenagem a Nei Lisboa, cujas composições serão interpretadas pela cantora Ná Ozzetti e pelo compositor Vagner Cunha, que assina a direção musical e os arranjos. Um workshop ocorre no dia 22 de outubro, às 16h, na Sala Fahrion, com inscrições pelo site www.difusaocultural.ufrgs.br. O concerto será no dia 23, às 20h, no Salão de Atos.

CINEMA

François Truffaut: os filmes de uma vida

O cinema universitário Sala Redenção exhibe filmes que influenciaram o cineasta francês François Truffaut. Sessões com entrada franca.

NOITE E NEBLINA (*Nuit et brouillard*, França, 1955, 32 min), de Alan Resnais
Sessões: 1.º de outubro, 16h; 14 de outubro, 19h

A RELIGIOSA (*La religieuse*, França, 1966, 135 min), de Jacques Rivette
Sessões: 1.º de outubro, 19h; 2 de outubro, 16h; 10 de outubro, 19h

E DEUS CRIOU A MULHER (*Et Dieu... créa la femme*, França, 1956, 92 min), de Roger Vadim
Sessões: 2 de outubro, 19h; 3 de outubro, 16h; 13 de outubro, 16h

NAS GARRAS DO VÍCIO (*Le beau Serge*, França, 1958, 94 min), de Claude Chabrol
Sessões: 3 de outubro, 19h; 6 de outubro, 16h

OS AMANTES (*Les amants*, França, 1958, 90 min), de Louis Malle
Sessões: 6 de outubro, 19h; 7 de outubro, 16h

CHARLOTTE E VÉRONIQUE OU TODOS OS RAPAZES SE CHAMAM PATRICK (*Charlotte et Véronique, ou Tous les garçons s'appellent Patrick*, França, 1959, 21 min), de Jean-Luc Godard
+

VIVER A VIDA (*Vivre sa vie: film en douze tableaux*, França, 1962, 83 min), de Jean-Luc Godard
Sessões: 7 de outubro, 19h; 8 de outubro, 16h

TRINTA ANOS ESTA NOITE (*Le feu follet*, França, 1963, 110 min), de Louis Malle
Sessões: 8 de outubro, 19h; 9 de outubro, 16h

MURIEL (*Muriel ou le temps d'un retour*, França, 1963, 115 min), de Alain Resnais
Sessões: 9 de outubro, 19h; 10 de outubro, 16h; 14 de outubro, 16h

AS TRÊS NOITES DE EVA (*The lady Eve*, EUA, 1941, 94 min), de Preston Sturges
Sessões: 15 de outubro, 16h; 16 de outubro, 16h

NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO (*The birth of a nation*, EUA, 1924, 187 min), de D. W. Griffith
Sessões: 16 de outubro, 19h; 17 de outubro, 16h

OS ESQUECIDOS (*Los olvidados*, México, 1950, 91 min), de Luis Buñuel
Sessões: 17 de outubro, 19h; 20 de outubro, 16h

UM CÃO ANDALUZ (*Um chien andalou*, França, 16 min), de Luis Buñuel
+

A IDADE DO OURO (*L'Âge d'Or*, França, 1928, 60 min), de Luis Buñuel
Sessões: 20 de outubro, 19h; 21 de outubro, 16h



UM CORPO QUE CAI (*Vertigo*, EUA, 1958, 129 min), de Alfred Hitchcock
Sessões: 21 de outubro, 19h; 22 de outubro, 16h

PSICOSE (*Psycho*, EUA, 1960, 109 min), de Alfred Hitchcock
Sessões: 23 de outubro, 16h; 31 de outubro, 16h

MARNIE, CONFISSÕES DE UMA LADRA (*Marnie*, EUA, 1964, 130 min), de Alfred Hitchcock
Sessões: 23 de outubro, 19h; 24 de outubro, 16h

SETE HOMENS E UM DESTINO (*The magnificent seven*, EUA, 1960, 127 min), de John Sturges
Sessões: 24 de outubro, 19h; 27 de outubro, 16h

OS SETE SAMURAI (*Shichinin no samurai*, Japão, 1954, 160 min), de Akira Kurosawa
Sessões: 27 de outubro, 19h; 29 de outubro, 16h

A FONTE DA DONZELA (*Jungfrukällan*, Suécia, 1959, 90 min), de Ingmar Bergman
Sessões: 29 de outubro, 19h; 30 de outubro, 16h

Cinema, História e Educação: o século XXI em cena - tempos extremos

Ciclo na Sala Redenção com entrada franca.

BABEL (França/EUA/México, 2006, 142 min), de Alejandro González Iñárritu
Sessão: 4 de outubro, 15h30

FILHOS DA ESPERANÇA (*Children of men*, EUA/Reino Unido, 2006, 109 min), de Alfonso Cuarón
Sessão: 25 de outubro, 15h30

Cine F – O Ritual dos Corpos

Mostra organizada por alunos da Comunicação.

EU, TU, ELE, ELA (*Je, tu, il, elle*, França, 1976, 90 min), de Chantal Akerman
Sessão: 29 de outubro, 18h30

Local e horário: auditório 2 da Fabico, 18h30
Entrada franca

ESPECIAL

Orpheu

Montagem da ópera pelos estudantes do Instituto de Artes em homenagem aos 80 anos da UFRGS.
Sessões: 30 de outubro a 2 de novembro
Local e horários: Theatro São Pedro, de quinta a sábado, às 21h; domingo, às 11h
Retirada de dois ingressos por pessoa, mediante doação de alimentos não perecíveis em 17 de outubro na bilheteria do teatro

Conferências UFRGS

O ciclo discute ideias que seguem vivas no contexto da UFRGS. Entrada franca.

CULTURA NO SÉCULO XXI
Conferência com a professora do Instituto de Letras Jane Tutikian
Data: 15 de outubro
Local e horário: Sala João Fahrion, 19h

TEATRO

Teatro, Pesquisa e Extensão

Mostra anual universitária que apresenta uma seleção dos trabalhos de alunos do curso de Teatro da Universidade.

NOS EMBALOS DA CAROCHINHA
Partindo do conto homônimo, escrito por Luís Fernando Veríssimo, a peça se passa em um cenário absurdo, povoado por personagens de contos de fadas.
Sessões: 1.º, 8, 15, 22 e 29 de outubro
Local e horários: Sala Alziro Azevedo, às 12h30 e 19h30
Entrada franca, com distribuição de senhas uma hora antes do espetáculo

EXPOSIÇÃO



Tempo é contagioso

Com obras de Natalia Schul, a mostra traz um ensaio fotográfico encenado em que uma pessoa estaria presa em uma memória, como uma lembrança mantida pelo tempo.
Visitação: 1.º a 20 de outubro
Local e horário: Espaço Ado Malagolli do IA, de segunda a sexta, das 10h às 18h
Entrada franca

MÚSICA

Som no Salão

Quarta edição do projeto que abre o palco do Salão de Atos para músicos dos mais diversos estilos.

QUIÇA, SE FOSSE
A dupla apresenta um repertório que mistura elementos da música latino-americana com influências da música pop e MPB.
Data: 8 de outubro
Local e horário: Salão de Atos, 20h
Entrada franca mediante doação de 1 kg de alimento não perecível

APOCALYPSE
Banda que aproxima o rock da música erudita, apresentando temas de fantasia e ficção científica.
Data: 29 de outubro
Local e horário: Salão de Atos, 20h
Entrada franca mediante doação de 1 kg de alimento não perecível

Chimarruts

Show com a banda formada em 2000 por amigos que se encontravam para tocar violão, cantar e tomar chimarrão em parques de Porto Alegre. Nas composições do grupo, influências de Bob Marley e Big Mountain.
Data: 22 de outubro
Local e horário: Teatro Grego do Câmpus do Vale, 17h30
Entrada franca

Interlúdio

Projeto que promove recitais de estudantes do curso de Música da Universidade.

PEDRO CADORE WINTER
Recital de violão solo em que o jovem instrumentista interpreta composições próprias e obras de Astor Piazzolla, Joaquín

Rodrigo e Egberto Gismonti.
Data: 23 de outubro
Local e horário: Auditório José Baldo do HCPA, 19h
Retirada de ingressos das 8h às 18h na recepção da Fundação Médica (Ramiro Barcelos, 2.350)

MÚSICA DE J.S. BACH
Recital de violões com dois jovens músicos: João Batista Souza e Josias Gustavo Müller, alunos do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS. No programa, transcrições autorais das sonatas e partituras de Bach para violão.
Data: 31 de outubro
Local e horário: Sala João Fahrion, 12h30
Entrada franca

ONDE?

► **Auditório José Baldo**
Ramiro Barcelos, 2350
Fone: 3308-4310

► **Espaço Ado Malagolli**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► **Fabico**
Ramiro Barcelos, 2705
Fone: 3308-5067

► **Sala Alziro Azevedo**
Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala João Fahrion**
Paulo Gama, 110, 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

► **Teatro Grego**
Câmpus do Vale, atrás do Centro de Convivência
Fone: 3308-3933

► **Theatro São Pedro**
Praça Marechal Deodoro, s/n.º
Fone: 3227-5100

Meu Lugar na UFRGS



O sortudo do RU

Quem frequenta o Restaurante Universitário (RU) do Câmpus do Vale provavelmente já o viu. “Tem gente que me pergunta como eu conheço tantas pessoas. Mas como não conhecer se trabalho aqui há tanto tempo?”, questiona Valdeci Silveira Godoy com um sorriso no rosto. Há mais de três décadas na UFRGS, Valdê, Val ou Seu Valdeci, como carinhosamente é chamado, afirma que a sua relação com os alunos é muito boa. Para ilustrar o discurso, exibe com orgulho duas lembranças de formaturas em que foi o funcionário homenageado. A primeira, de 2007, é uma foto com os formandos de Ciências Sociais; na outra, quem traça toga são os alunos de Letras, graduados no ano passado.

Com apenas 17 anos, ele foi um dos responsáveis por limpar o RU para que o espaço pudesse ser inaugurado no segundo semestre de 1978. Ao longo dos anos, desempenhou diversas funções no local: vendeu refrigerante e sucos, na época em que havia o comércio de bebidas no restaurante; trabalhou no caixa; e atualmente está na copa.

A primeira atividade que realiza, a partir das 7h30min, é a separação dos talheres – operação que dura, em média, duas horas. “Tenho de arrumar as facas, os garfos e as colheres. De vez em quando, um rapaz me ajuda. Coloco cada um em sua caixa, trago para frente e depois levo as bandejas”, descreve. Em seguida, volta a sua atenção à enorme máquina de lavar louça, responsável por superaquecer o ambiente em que atua. “No verão, é o lugar mais quente do RU. Ligamos os dois ventiladores, mas eles não conseguem conter o calor”, lamenta. Depois de colocar os produtos de limpeza no equipamento, separa os retangulares suportes azuis, com nove compartimentos cada, usados para encaixar as bandejas e levá-las à lavadora. “Não pode empurrar, tem que deixar passar normalmente, se não ela não lava”, ensina.

Valdeci almoça por volta das dez horas, pois, a partir

do momento em que os estudantes surgem, não há descanso. “Quando os alunos começam a chegar, lavamos, secamos e carregamos de volta. Até as duas horas é bandeja e mais bandeja. Saímos daqui com os braços doídos”, admite.

Desde a abertura, o RU sofreu diversas reformas. O forro e o chão foram trocados e dois salões acrescidos à estrutura inicial, por exemplo. Entretanto, o copeiro indica a circulação de pessoas e a qualidade da comida do restaurante como as principais mudanças. “No início, eram servidos em torno de 300 almoços, hoje são cerca de 3.500. Não é porque eu trabalhe aqui, mas a comida é bem melhor. Não quero desmerecer os outros, mas a daqui é muito boa”, compara.

Quando não está trabalhando na Universidade, Valdeci gosta de ficar em casa. Como distração, às vezes joga na loteria, faz uma “fezinha”, como chama. Depois de muitas tentativas, ganhou um prêmio, ano passado, que lhe concedeu o status de sortudo por parte dos colegas. “Todo mundo diz que tenho sorte, mas eu ganhei só uma vez. Só uma vez não é sorte”, sentencia.

Com tempo de serviço suficiente para se aposentar, Seu Valdeci poderia ter-se desligado da UFRGS no ano passado, porém escolheu continuar trabalhando. “Passo mais tempo aqui do que em qualquer outro lugar. Digo muitas vezes que é a minha primeira casa. Gosto daqui, se não já teria saído”, declara. Questionado sobre a experiência de ser entrevistado, é sucinto: “É legal saber que se lembram da gente, que ajudamos de alguma forma. Fiquei até um pouco emocionado”, resume.

Gabriel Jesus Brum, aluno do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Questão de carinho

Renato Zamora Flores

Crianças e animais no cotidiano de um apaixonado pelo trabalho

Everton Cardoso

No *Projeto Proteger*, ação de extensão da UFRGS que presta atendimento a vítimas de violência doméstica e agressores, a cena era emblemática: quando entrava uma criança para ser atendida e relatar algum tipo de agressão que tivesse sofrido no contexto doméstico, era o Doutor Alegria quem se posicionava para ouvi-la atentamente. “Alegria foi um cachorro que treinei para ser meu ajudante de consultas. Ele ia ao consultório comigo, sentava no meu colo e colocava as patas sobre a mesa. Eu dizia para a criança que contasse a ele o que tinha acontecido, e ela contava tudo”, relata o professor do Instituto de Biociências Renato Zamora Flores. Na história que o pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Genética e Biologia Molecular da Universidade descreve, encontram-se dois dos aspectos de sua vida sobre os quais fala com mais paixão: o trabalho com vítimas de violência no ambiente familiar e os cães – isso sem contar o envolvimento com a pesquisa e o ensino da genética.

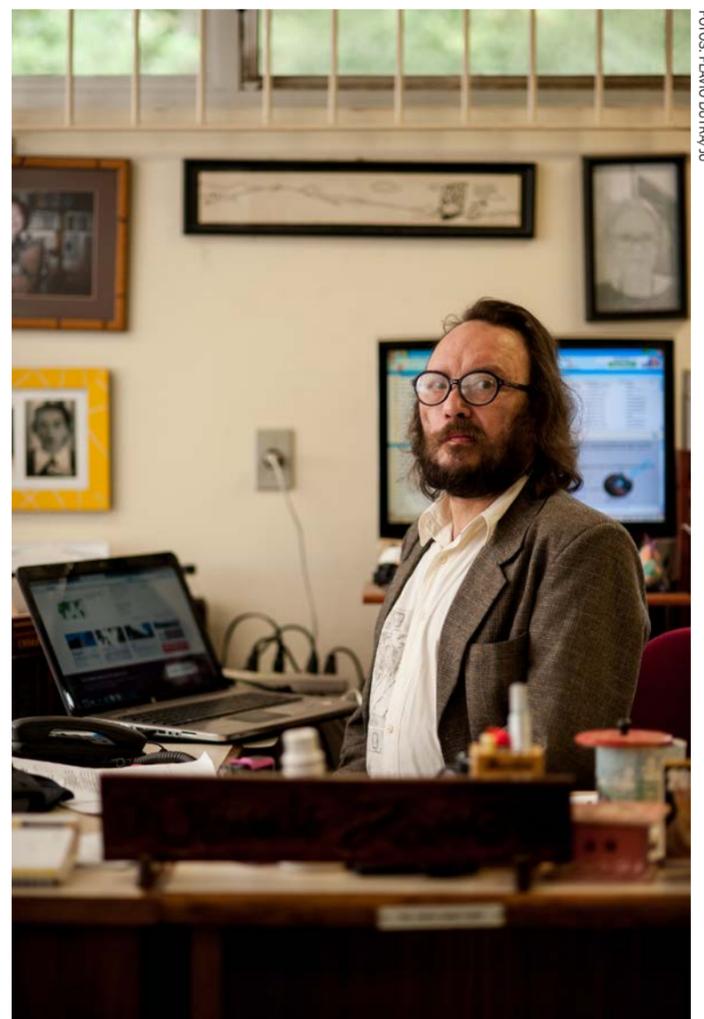
Foi num momento em que o que era alegre entristeceu que os animais ganharam ainda mais espaço na vida do docente: em 2009, o cão que treinara foi morto. “O Alegria tinha uma mesa na minha sala onde ele deitava. Foi meu primeiro cachorro”, recorda sobre o vira-lata preto e branco que era “do câmpus” e que fora adotado quatro anos antes de sua morte. A memória dele ainda permanece no ambiente em que Renato trabalha: “Tenho três quadros do Alegria na sala de trabalho no Instituto. São uma matéria de jornal e duas fotos dele”. “Nessa época, houve uma matança dos animais que vagavam pelo Câmpus do Vale. Os alunos se indignaram e vieram pedir para eu coordenar”, relembra sobre o movimento que mais tarde daria origem ao projeto de extensão *Patas Dadas*. Hoje, o grupo reúne voluntários que recolhem cães e gatos abandonados, cuidam deles e depois encaminham para adoção.

Mudando comportamentos – Muni, Jojó, Darwinzinho, Lindona, Telma, Louise, Abba, Agneta e Frida estão entre os 20 cães e 15 gatos que Renato e a esposa Patrícia têm no pequeno sítio onde

moram na região rural de Porto Alegre e que são identificados um a um pelo nome. “Morávamos em um condomínio fechado e tivemos problemas por ter cachorros. Por isso, decidimos ir para um lugar com bastante espaço para podermos ter o que quiséssemos”, revela sobre a família que foi crescendo e hoje consome semanalmente em torno de 60 kg de ração. E completa: “Basicamente adotamos aqueles com problemas de comportamento, que são de difícil manejo. O segredo para mudá-los tem sido dar-lhes carinho e mostrar que o ambiente não oferece risco”. Na ausência de punições corporais está, segundo o professor, a chave dessa relação. “Indivíduos violentos em sua grande maioria foram crianças maltratadas”, justifica a partir da experiência que tem acumulado com o *Proteger*. O cão com quem tem a relação mais próxima dá uma dimensão do quanto essa forma de lidar com esses animais pode ser uma maneira de conquistá-los: “O Samuca é velho, cego, muito bravo e foi recolhido no Vale. Dorme grudado comigo e é meu amiguinho mais íntimo”. “É um pequeno monstro”, diverte-se ao mostrar com os dedos um tamanho próximo a 30 cm.

Sonho realizado – O envolvimento de Renato com vítimas de violência vem principalmente da realidade com que se defrontou durante seu trabalho de doutorado: “Trabalhava com a gené-

tica no incesto; com mecanismos do cérebro que se baseiam na experiência da infância e evitam relações sexuais com familiares. Deparei-me com uma violência familiar muito grande e com a falta de cuidado com isso no SUS”, descreve. “Fiquei tão chocado”, acrescenta, “que iniciei o laboratório, chamado *Projeto Proteger*.” Consultas clínicas e psicológicas e assessoria jurídica estão entre os serviços prestados pela ação de extensão. Fanático por seriados policiais que têm alguma semelhança com o seu cotidiano – chega a assisti-los por quatro horas a fio –, Renato se declara apaixonado pelo trabalho que faz. Depois de ter sido professor da Universidade Federal de Santa Maria por cinco anos, realizou o desejo de voltar para o Departamento de Genética do Instituto de Biociências da UFRGS – relação que estabelecera ao ser aluno de graduação e bolsista de Iniciação Científica, e que se estendeu pela pós-graduação. “Meu sonho de acadêmico de Medicina sempre foi voltar para a minha casa. Gosto muito do departamento. Principalmente por causa do carinho com que fui tratado, da possibilidade de crescer cientificamente e da abertura que tive a ideias novas”, conta. “Só saio daqui aos 70 anos, pela aposentadoria compulsória!”, exclama. E assevera: “Só não quero que isso tudo acabe. Que bom que deu certo e que tenho uma vida tão feliz na UFRGS”.



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Ar. qui. pé lago

FOTOS **CRISTIANO SANT'ANNA**

TEXTO **FLÁVIO DUTRA**

Difícil não pensar que, no universo da cidade de Porto Alegre, o bairro Arquipélago está à margem. Foi um pouco a partir dessa impressão que Cristiano Sant'Anna se interessou em pesquisar e fotografar a região. O resultado foi o livro *Arquipélago* e uma exposição fotográfica que pode ser vista no Centro Cultural CEEE Erico Verissimo.

Lugar de passagem para quem trafega pela BR 290 ou terra vista de longe por quem curte os entardeceres no Guaíba, segundo o fotógrafo, ao menos dois grupos distintos vivem ali: o de catadores e separadores de lixo reciclável e o de pescadores. Estes, uma população tradicional das ilhas, filhos, netos e bisnetos vinculados a um ofício artesanal e, talvez, em vias de desaparecer – relatos dos pescadores da praia de Paquetá dizem que “matar o bicho está cada vez mais difícil, a cada vez se precisa ir mais longe para trazer o peixe”. Nessas buscas, Cristiano conta que chegou a permanecer duas semanas embarcado, acompanhando a pesca: “O que, para um sujeito da cidade como eu, não foi fácil. Paramos em terra somente duas vezes em alguma praia perto da Barra do Ribeiro. Nessas descidas, eu e a Viola, cadela mascote do barco, desembarcávamos numa felicidade incrível. Para eles, eram jornadas habituais. Alguns vivem no próprio barco e sequer estruturam a vida baseados numa casa em terra”.

O fotógrafo escolheu apresentar o trabalho em preto e branco, para ele uma decorrência do que as próprias imagens mostravam. A respeito da particularidade do Arquipélago, Cristiano diz que “a geografia entrecortada dos canais define a cultura e a relação daqueles homens com o seu meio. O livro e a exposição são um conjunto de contos sobre os pescadores, as enchentes sazonais, a relação entre pais e filhos. É uma parte da história desse povo que vive de frente para o rio”.



CRISTIANO SANT'ANNA É JORNALISTA FORMADO PELA PUCRS. FOI REPÓRTER FOTOGRÁFICO DE JORNAIS COMO ZERO HORA E CORREIO DO POVO E, ENTRE OUTROS PROJETOS, TRABALHA NA DOCUMENTAÇÃO DA REGIÃO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA.

A EXPOSIÇÃO **ARQUIPÉLAGO** ESTÁ EM EXIBIÇÃO NO CENTRO CULTURAL CEEE ERICO VERISSIMO ATÉ O DIA 18 DESTE MÊS. O PROJETO FOI FINANCIADO PELO FUMPROARTE, DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.



O estudante Guilherme Winter (d), do curso de Design da Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato, apresentou seu projeto em evento que reuniu trabalhos de pesquisa científica

Ciência

Aprendendo a fazer

Muito além da aula tradicional *Iniciativas desafiam alunos dos ensinos fundamental e médio a pensar e resolver problemas*

TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA

FOTOS FLÁVIO DUTRA

Talvez grandes ideias venham do silêncio, como aquele que experimentamos ao caminhar por uma floresta de pinus cujo solo macio não deixa produzir sons, somente pegadas mudas. Guilherme Winter mora em um sítio no município de Taquara, a uma hora de Porto Alegre, e foi durante seus passeios pela plantação de pinus da família que encontrou o tema para seu trabalho de conclusão de curso: como aproveitar as folhas e pinhas que cobrem o solo? “Eu queria uma destinação para esses resíduos em contato com as gramíneas que impediam o gado pastar”, justifica.

À época, 2010, Guilherme estava com 18 anos e era aluno do curso de Design de Móveis da Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato, quando desenvolveu um novo ma-

terial substitutivo à madeira na fabricação de móveis, feito a partir de folhas e pinhas do pinus. Além de ser uma alternativa ao desmatamento, a retirada do material do solo próximo às árvores faria com que elas crescessem de forma mais rápida.

Atualmente, ele continua desenvolvendo sua investigação em outro curso técnico de móveis e já acumula várias premiações, como a recente medalha de prata na modalidade meio ambiente da Sweep 2014 (International Sustainable World - Energy, Engineering & Environment), olimpíada internacional para jovens investigadores que desenvolvam projetos inovadores nas áreas de energia, engenharia e meio ambiente. A premiação foi no início do ano no Texas.

Assim como Guilherme, muitos alunos

de ensino fundamental e médio de escolas brasileiras têm se destacado em mostras de ciências e tecnologia dentro e fora do país. Nos últimos nove anos, a Universidade vem colaborando com esse cenário por meio do UFRGS Jovem, modalidade especial dentro do Salão UFRGS e que tem por objetivo expor pesquisas desenvolvidas por alunos de escolas de ensino fundamental e de ensino médio. Na edição deste ano, que ocorre de 20 a 24 deste mês, o encontro reunirá 1.025 apresentações de estudantes de 80 escolas das redes pública e privada de ensino do estado.

Em âmbito nacional e fora do ambiente acadêmico ou escolar, o mês de outubro é marcado por outras atividades que buscam transformar Ciência em conversa de mesa

de bar, como diria o neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis. De 13 a 19 deste mês ocorre a 11.ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a colaboração de diferentes instituições ligadas à produção ou divulgação de trabalhos científicos e de inovação tecnológica. O tema deste ano da SNCT é desenvolvimento social, e alguns exemplos de o quanto o pensar cientificamente pode contribuir nesse sentido estão traduzidos nas entrevistas que o Jornal da Universidade fez, visitando escolas e a 8.ª Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional, Ensino Médio Politécnico e Curso Normal, reunindo 101 trabalhos de pesquisa científica desenvolvidos por alunos.



Enquanto o Colégio de Aplicação oferece a disciplina eletiva Detetives da Ciência (fotos 1 e 3), na Escola Estadual Antônio Conselheiro, em Santana do Livramento, estudantes apresentaram

Com o foco na pesquisa

De acordo com a coordenadora da gestão de ensino médio e da educação profissional do departamento pedagógico da Secretaria de Educação do Estado (Seduc), Maria de Guadalupe Menezes de Lima, a pesquisa tornou-se o grande mote para a aprendizagem nas escolas estaduais: “Ela sempre foi uma propriedade das ciências físicas, químicas e biológicas, mas hoje está sendo colocada como metodologia na globalidade das áreas”, observa.

Como consequência dessa nova prática, somada à reestruturação do ensino médio politécnico em 2011, Guadalupe garante que a rede estadual entrou numa escala ascendente. Alguns dados positivos referem-se a duas antigas preocupações: a reprovação e o abandono escolar no ensino médio. “A aprovação passou de 66%, em 2011, para 73%, em 2013, e a evasão caiu de 11% (2011) para 10% (2013)”, comemora, ainda que reconheça a necessidade de avançar muito mais nesse sentido.

Outro problema que até poucos anos assombrava essa etapa da escolaridade, especialmente com relação ao ensino de Ciências, era a sistemática falta de professores. Conforme levantamento do Ministério da Educação, realizado

em 2010, que identificou um déficit de 240 mil professores do quinto ano do ensino fundamental ao ensino médio, as áreas mais carentes eram justamente as das disciplinas de Física, Química e Matemática.

No Rio Grande do Sul, entretanto, Guadalupe assegura que essa já não é mais uma razão para dor de cabeça: “Temos em média três professores das áreas das Ciências Físicas e Biológicas, Biologia, Química e Física para cada uma das 2.574 escolas públicas estaduais”, orgulha-se, comentando que não há vaga desatendida e que, em casos de exoneração ou outra falta, é providenciada a substituição.

Carência de laboratórios – Mas se, por um lado, não faltam professores, por outro, em quase 50% das escolas contabilizadas pela coordenadora não existem laboratórios de Ciências. Quando questionada a respeito, ela explica que “cada escola gerencia sua verba tanto para a instalação de laboratórios quanto para a aquisição de equipamentos”, explica.

Para a coordenadora, o estado tem investido fortemente na formação continuada, e realizou recentemente um

seminário internacional que atingiu a totalidade da rede, com a participação de 28 mil professores. Além desses encontros e de outras atividades de formação em ensino de ciências e pesquisa, “os docentes do ensino médio e de educação integrada passaram a ter 1/3 de sua carga horária destinada a estudo e planejamento”, enfatiza.

Robson Simplicio de Sousa é professor de Química no Colégio Estadual Dom João Braga, em Pelotas, na Zona Sul do estado. Juntamente com a professora de Física Kátia Guequi, ele desenvolve uma atividade de investigação científica, no contraturno, para os alunos do ensino médio: “Eu não diria que o trabalho com projetos é uma inovação, mas corresponde à necessidade de os estudantes terem um espaço mais aberto do que as aulas formais e de, ao mesmo tempo, não se preocuparem com a burocracia de prazos, provas, etc. Acredito que a via da cumplicidade entre professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem pode contribuir para mostrar aos estudantes uma escola que deseja ressaltar a criatividade e a formação coletiva, uma escola preocupada com a sociedade e com o ambiente em que vivemos”, resume.

Perfis epistemológicos – Depois de passar pela experiência de bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em escolas públicas de Santo Ângelo, Carla Camargo Reginaldo, então aluna da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, quis averiguar a importância que os professores de Ciências davam ao experimento em suas aulas. Tal curiosidade resultou no trabalho *O ensino de Ciências e a experimentação*, para o qual entrevistou mais de 200 alunos e todos os professores de Ciências das escolas do município de Giruá, no Noroeste do RS. Independentemente do tamanho da amostragem, Carla considera significativos os perfis epistemológicos identificados: “São professores egressos de universidades localizadas dentro e fora do estado, o que mostra o tipo de formação que está sendo desenvolvida em diferentes licenciaturas”, argumenta.

“Ciência é observação. Nada melhor do que a observação para formar os próprios conceitos acerca de determinado assunto”, foi a resposta de um dos entrevistados, caracterizando uma das abordagens pedagógicas identificadas no estudo: a da observação. “É por meio

da prática que o aluno consegue assimilar o que foi dado na teoria”, escreveu outro professor, adensando o grupo de docentes que usa o experimento como comprovação da teoria. “É na relação entre o conceitual e o contextual que se efetiva o processo de ensino-aprendizagem”, explicou outro entrevistado, ilustrando a terceira abordagem revelada na pesquisa: a importância da contextualização. “As concepções que os professores demonstram é o que determina o ensino, evidenciando a importância de estudá-las e, quem sabe, modificá-las. Isso demonstra a necessidade de se discutirem tais concepções desde a formação inicial e, após essa, na formação continuada”, resume a pesquisadora.

O estudo também contribuiu para levantar problemas apontados pelos docentes como inibidores de uma prática mais diversificada no ensino de Ciências. De uma forma ampla, foram destacados: a inexistência de laboratório nas escolas, o pouco tempo para a preparação das aulas, a falta de equipamentos, os muitos alunos por turma e a formação inicial inadequada para situações que envolvam a experimentação.

Na linha do tempo

1961

Com a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, passou a ser obrigatório o ensino de Ciências para todas as séries do Ginásio (hoje do 6.º ao 9.º ano).

1970

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) critica a formação do professor em áreas específicas (Biologia, Física e Química) e pede a criação da figura do professor de Ciências. **Sem sucesso.**

1971

A LDB torna **obrigatório o ensino de Ciências** para todas as séries do 1.º grau (hoje ensino fundamental). O MEC elabora um currículo único e estimula a abertura de cursos de formação.

Construindo caminhos

Se o destino da maioria dos projetos de Ciências é a participação em feiras estudantis ou de inovação científica e tecnológica, o trabalho dos alunos do ensino médio politécnico da Escola Estadual Antônio Conselheiro, de Santana do Livramento, foi parar na Câmara de Vereadores. Em lugar de expor o resultado de seus estudos para seus pares e professores, os estudantes buscaram aprovar junto à vereança do município o projeto que dá nome às ruas e estradas dos dez assentamentos atendidos pela escola:

Construindo caminhos para a valorização do espaço em que vivemos.

O fato de não haver um mapeamento oficial da região, que reúne cerca de 200 famílias, muitas delas há mais de 20 anos ali assentadas, resulta em inconvenientes graves, como quando chegou uma ambulância à casa de Jaine Santos de Almeida, 15 anos de idade, aluna do segundo ano do ensino politécnico, sem que ninguém tivesse chamado: “Eles estavam perdidos, o doente era de outro assentamento”, ilustra. Afora casos extremos como este, diariamente os moradores enfrentam dificuldades com as entregas dos Correios e os atendimentos dos serviços de água e luz. “Nosso projeto, para se tornar lei, só precisa da assinatura e da boa vontade de algumas autoridades”, resume Ana Cláudia De Lucca, 16 anos de idade, colega de Jaine.

Junto com Vitória Toledo Kraiss, 16 anos, aluna do primeiro ano do politécnico, e da professora de Português Marilice Prester Fava, orientadora do projeto, Ana Cláudia e Jaine participaram da 8.ª Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional, Ensino Médio Politécnico e Curso Normal, que ocorreu de 26 a 29 de setembro em Porto Alegre. Elas foram eleitas entre os colegas para representar a turma de 20 alunos que realizou o projeto, embora até a conclusão do trabalho o grupo tenha conquistado novos colaboradores entre as turmas de educação

infantil, os professores, a direção e a vizinhança: “As pessoas da comunidade enxergaram a escola de outro jeito. Em geral, fazemos trabalhos para ficar dentro da escola, mas o nosso projeto beneficiava todo mundo”, argumenta Vitória.

A proposta do tema de pesquisa surgiu quando a diretora da instituição informou às turmas do politécnico que eles teriam de elaborar um projeto científico para aquele ano, 2013. As meninas garantem que nunca tiveram uma atividade que tenha sido tão integradora, pois envolveu os professores das diferentes disciplinas: Português, para a produção de texto (diário de campo, conclusões e percepções) e elaboração do questionário que fizeram junto a todas as famílias dos dez assentamentos; Geografia, para projetar os mapas e construir uma maquete de todos os assentamentos; História, para organizar a memória dos assentamentos; e Matemática, para fazer as pesquisas quantitativas.

Para os professores chegarem diariamente à escola, precisam enfrentar uma viagem de quase duas horas, saindo de Santana do Livramento, onde moram, e passando na casa de cada aluno até chegar a Bom Será, no coração dos assentamentos, onde fica a escola. Desde o início deste ano, com a criação de duas turmas de EJA, o turno de alguns professores ficou maior. Isso faz com que acabem chegando perto da meia-noite em casa. Mas ninguém reclama, pois essa foi mais uma das consequências do trabalho de pesquisa do ensino médio. Ao contabilizar o número de analfabetos e pessoas de baixa escolaridade entre os moradores, resolveram sondar o interesse deles de voltar aos estudos. Como a resposta foi unânime, foi encaminhada à SEC, com a colaboração da administração municipal para cedência de professores, a oferta dessa modalidade de ensino. Atualmente, a escola tem 180 alunos no ensino regular e 35 no EJA. O que não farão esses professores e alunos quando puderem dispor de um laboratório de Ciências?



projeto que deu nome às ruas de 10 assentamentos daquela região (foto 2)

Do batom à ética

Toda segunda-feira, às 16h45min, um grupo de estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS reúne-se em um dos laboratórios da escola para resolver mistérios. Até pouco antes das seis da tarde, eles encarnam o papel de **Detetives da Ciência**, nome da disciplina eletiva oferecida no contraturno do ensino regular para os alunos do ensino médio, numa atividade interdisciplinar coordenada pelas professoras Lauren Valentim, de Biologia, e Maria de Lourdes Gomes, de Química.

Os primeiros desafios foram inspirados no seriado norte-americano de televisão *Crime Scene Investigation* (CSI), que retrata o cotidiano de um grupo de investigadores judiciais da cidade de Las Vegas, analisando os locais onde foram cometidos crimes. Um fio de cabelo, um pedaço de unha, pegadas e impressões digitais: todas são pistas para se chegar ao criminoso. Com os Detetives da Ciência é exatamente isso o que acontece. A primeira turma, em 2013, teve apenas 15 alunos, mas nas últimas edições matricularam-se 30 e não deu para atender a todos os interessados. “Tudo que for prático, que for de levantar da cadeira, de não ficar sentado com o professor na frente tem uma procura muito grande”, acrescenta Lauren.

“A proposta era utilizar a resolução de problemas para discutir questões de Ciências”, explica Lourdes. O conteúdo programático visto nas aulas de Química e Biologia, entretanto, não é o principal objetivo dessa disciplina eletiva. O propósito das professoras é que os alunos desenvolvam a competência para resolver o problema. Reunidos em grupos de três integrantes (nem mais nem menos), eles devem saber selecionar as informações relevantes, classificá-las e fazer escolhas adequadas à situação: “É o que os profissionais das áreas exatas – de forma mais sofisticada – acabam fazendo no seu dia a dia”, exemplifica.

A rotina de trabalho é mais ou menos assim: no início da aula, já em grupos, é distribuído um pequeno texto com a transcrição do caso a ser resolvido. Antes,

porém, as professoras falam a respeito do desafio daquele dia. Lauren lembra um dos casos: “A partir de uma marca de batom, os alunos deviam descobrir se uma garota havia ou não traído o namorado. Com a amostra de batom, eles trabalharam cromatografia e reação química para desvendar de quem era aquela mancha de batom que anonimamente haviam deixado na casa do namorado da menina”.

Dias antes, ao planejar especialmente esta aula, Lourdes e Lauren testaram soluções entre outros procedimentos necessários ao processo de resolução dos mistérios, o que acabou dando muito mais trabalho do que planejar aulas tradicionais, que compreendem basicamente expor temas em sala de aula. Isso sem contar que a turma tem alunos dos três anos do ensino médio – outro aspecto que as professoras precisam considerar na hora de estabelecer o nível de dificuldade dos casos a serem resolvidos, uma vez que os testes de laboratório que terão de realizar para chegar às soluções envolvem conhecimentos já vistos nas aulas do ensino regular, também ministradas por elas em turno oposto.

Mas, para além de qualquer conteúdo programático, seja em Biologia ou Química, Lauren e Lourdes sentem-se recompensadas com a dimensão do aprendizado quando a proposta é fazer o aluno pensar. “A autonomia intelectual é uma questão difícil na aprendizagem”, interpreta a bióloga. Em certa ocasião, quando estavam estudando células-tronco (no período compartilhado que ministram juntas no ensino regular), os alunos recordaram do tema que estavam discutindo na aula de Filosofia: o aborto. Queriam saber se elas consideravam aborto ou não o sacrifício de um embrião de 16 células. “Nós olhamos pra eles e dissemos que não era a nossa opinião que estava valendo ali naquele momento”, discutiram mais um pouco e propuseram continuar o assunto na próxima aula. No encontro seguinte, chegaram com Rafael, o professor de Filosofia, um habitué nas aulas de Ciências, nas quais se discute da mancha do batom à ética.

O ensino de Ciências como disciplina específica no sistema de ensino brasileiro começa a partir do quinto ano do ensino fundamental, quando os professores polivalentes são substituídos por especialistas. Geralmente, até o nono ano dessa etapa escolar quem ministra as aulas de Ciências é o professor com habilitação em Biologia, e a partir do ensino médio assumem os docentes de Física, Química e Biologia.

Em novembro, fará um ano que o MEC lançou o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria n.º 1.140 – iniciativa que busca integrar ações nos níveis nacional, estadual e municipal para elevar a qualidade do ensino médio no país. Numa primeira etapa, duas ações estratégicas foram articuladas: o redesenho curricular, em desenvolvimento nas escolas por meio do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, e a Formação Continuada de professores do Ensino Médio.

1972

O MEC cria o **Projeto de Melhoria do Ensino de Ciências** para desenvolver materiais didáticos e aprimorar a capacitação de professores do 2.º grau (hoje ensino médio).

1980

As Ciências são vistas como uma construção humana e não como uma verdade natural. São incluídos nas aulas temas como **tecnologia, meio ambiente e saúde**.

1982

Surge o modelo de mudança conceitual, que teve **vida curta**. Ele se baseava no princípio de que bastaria ensinar de maneira lógica e com demonstrações para que o aluno modificasse suas ideias sobre os conteúdos.

2001

Um convênio entre as Academias de Ciências do Brasil e da França implanta o programa **ABC na Educação Científica – Mão na Massa**, com o objetivo de formar professores na metodologia investigativa.

Índices alarmantes

Em pista molhada, dirija com cuidado. Engana-se quem pensa que a maioria dos motoristas brasileiros entende exatamente por que é recomendável respeitar esse alerta. No mês de agosto deste ano, o Instituto Abramundo-Educação em Ciências, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, o IBOPE e a ONG Ação Educativa, divulgou o Índice de Letramento Científico (ILC) dos brasileiros, identificando que 79% dos entrevistados se encontram no nível elementar, ou seja, não são capazes de responder a perguntas do tipo: “O que faz com que o pneu com estrias aumente a segurança quando a pista está molhada?”

O estudo foi realizado no início deste ano quando foram selecionados 2.002 indivíduos para participar da pesquisa com idade entre 15 e 40 anos, residentes no Distrito Federal e em mais nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte e Belém) e que tivessem completado quatro

anos de estudo. As entrevistas foram realizadas por profissionais do IBOPE Inteligência, e as respostas foram submetidas a análises estatísticas com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI). Foram identificados quatro níveis de letramento: letramento científico ausente (nível 1), letramento científico elementar (nível 2), letramento científico básico (nível 3) e letramento científico proficiente (nível 4). Numa primeira análise, foi apurado que 79% dos entrevistados identificam-se com o nível elementar (nível 2), 31% encontram-se no nível 3, 16% estão no nível 1 e somente 5, entre 100 pessoas, foram classificadas proficientes em letramento científico (nível 4).

O estudo também faz referência aos efeitos desse índice na produtividade do trabalhador. Segundo os dados do ILC, 61% dos brasileiros pesquisados não atingem o nível básico, ou seja, apenas quatro em cada dez trabalhadores nas grandes cidades têm habilidade necessária para resolver proble-

mas ou interpretar informações de natureza científica. Mais alarmante ainda, na avaliação do presidente da Abramundo, Ricardo Uzal Garcia, é “a insuficiência das elites com o letramento proficiente em ciências”, conforme reportagem veiculada no Jornal da Ciência da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). “Somente 15% dos tomadores de decisão possuem letramento proficiente, enquanto na administração pública esse índice desce para 9% e na indústria de transformação cai para 5%”, justifica.

Luís Carlos de Menezes, consultor educacional da Abramundo e para assuntos de ensino médio da Unesco, comenta sobre a responsabilidade da escola nesse cenário: “Como são todas as pessoas alfabetizadas, se trata de verificar que a escola não cumpre o seu papel na formação científica ou científico-tecnológica. Isso quer dizer que o aprendizado é formal e que o sujeito aprende para esquecer. Por exemplo, uma pessoa que aprende logaritmo e não usa esse conhecimento como linguagem própria não entende nem o noticiário das oito: você sabe que um tsunami foi provocado por

um terremoto submarino de 8 graus na escala Richter, enquanto um de intensidade 4 na escala não faz nem marola. Bom, 8 não é o dobro de 4; 8 é 10 mil vezes mais forte que 4 porque a escala Richter é logarítmica, você percebe? Estou dando um exemplo de um falso letramento, porque você sabe que algoritmo é uma operação inversa à potenciação, e fica nisso”.

Para o professor do Instituto de Física e de Pós-graduação em Ensino de Ciências na USP (Universidade de São Paulo) e conselheiro da Capes, a dúvida tem papel importante no ensino de Ciências: “As pessoas pensam: ‘Ah, isso é uma verdade científica, é comprovável’. A ciência é um conjunto de verdades. Mas a ciência é o direito à dúvida. Não há nenhuma afirmação científica que não possa ser colocada sob suspeita, porque sem isso você não constrói atitude científica. Quem funciona à base de certezas é a fé, é a religião, são as convicções mais amplas. Mas a Ciência tem que ser feita à base de dúvida, e a aprendizagem científica se estrutura na formulação de dúvidas, na apresentação de situações-problema no posicionar-se diante delas”, provoca.

FLÁVIO DUTRA/JU



Alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Anne Frank participam de oficinas de Ciências organizadas por pesquisadores da pós-graduação em Bioquímica da UFRGS

Compromisso social

Não, não é permitido entrar de boné no laboratório. Durante toda a semana que antecedeu a oficina de Ciências que haveria na escola, Luís Henrique ficou com essa ideia martelando na cabeça. Como não gostasse do próprio cabelo, tentava escondê-lo sob o boné e dissera à coordenadora da atividade que não iria tirá-lo em hipótese alguma: “É uma decisão tua, mas acho que deverias pensar sobre isso. Tu achas que todos os teus colegas vão fazer as experiências, vão aproveitar esse momento que é diferente, e tu não vais porque não queres tirar o boné?”

E tem outra coisa, teu cabelo é bonito”, argumentou Ângela Wyse, neurocientista e pesquisadora da UFRGS.

Desde 2012, a professora do Instituto de Ciências Básicas e da Pós-graduação em Bioquímica realiza, com seus orientandos – desde a iniciação científica ao pós-doutorado –, oficinas de ciências na Escola Estadual de Ensino Médio Anne Frank, situada no Bairro Bonfim, próxima ao Câmpus Centro da Universidade. O trabalho é realizado de forma voluntária, e o principal objetivo do grupo é contribuir

com a divulgação científica e para a promoção, pelo conhecimento, de uma melhor qualidade de vida: ao falar das propriedades da água, por exemplo, abordam questões de sustentabilidade e do uso adequado dessa substância essencial à vida.

A cada novo encontro, realizado uma vez por semestre e sempre para turmas selecionadas pela escola, “priorizando os menores”, a coordenadora solicita que cada criança receba um avental branco, luvas e um par de óculos de material sintético. Aos poucos, elas aprendem que o trabalho em laboratório exige uma série de cuidados importantes, tanto para evitar acidentes quanto para preservar os experimentos.

Uma das experiências que mais chama a atenção é quando as crianças montam moléculas com balas de goma coloridas. O envolvimento é tanto que, em geral, os miniciencistas resistem a comer parte do experimento.

Na outra ponta da atividade de extensão, estão os alunos de Ângela na pós-graduação, habituados com terminologias e investigações sofisticadas sobre o cérebro humano. “É necessário adequar a linguagem para haver comunicação com as crianças”, destaca a pesquisadora. “Eles aprendem a traduzir ciência, simplificando a linguagem, tornando-a mais popular”, acrescenta. Mas ela considera ainda mais

importante outro aprendizado: “A experiência de levar ciência para crianças de 8 a 11 anos de idade repercute de tal forma em suas formações, que resulta num maior comprometimento social”, admite sorrindo, enquanto serve mais uma xícara de chá em sua sala no Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade, onde, além de livros e artefatos tecnológicos, existe uma decoração que privilegia a cor rosa, criando uma estética particular em um ambiente acadêmico de cores neutras: “A maior parte do meu tempo é dedicada à pesquisa, e queria montar um lugar acolhedor para mim e para meus orientandos”, justifica-se.